ISSN 2446-5860

Especial mês das mulheres

BOLETIM da

Agricultura Familiar

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

BOLETIM da
Agricultura Familiar

VOLUME 2. Número 1. Março/2022

Diretoria de Política Agrícola e Informações –Dipai
Superintendência de Estudos Agroalimentares e da Sociobiodiversidade – SUEAS

ISSN

B.da Agricultura Familiar, v. 2, n. 1, Brasília, março. 2022

Conab Companhia Nacional de Abastecimento

Copyright © 2021 - Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: http://www.conab.gov.br
Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro
Impresso no Brasil
ISSN: 2763-7786

O Boletim da Agricultura Familiar é uma publicação bimensal da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações deste importante setor do Brasil, com temas como políticas públicas, credito, dados cadastrais, rentabilidade, comercialização e outros.

Supervisão: Regina Célia Gonçalves Santos
Elaboração: Ana Rita Lopes Farias Freddo, Florence Rios Serra, Regina Célia Gonçalves Santos
Colaboração: Juliana Martins Torres, Sued Wilma Caldas Melo, Thaisa da Silva Ramos, Andréa Leme da Silva, Carla Azevedo dos Santos Viana, Flavia Agnelo Queiroz,
Projeto gráfico: Marília Malheiro Yamashita.
Normalização: Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Como citar a obra:
CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Boletim da Agricultura Familiar, Brasília,
DF, v. 2, n. 1, março. 2022.

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

C737b Companhia Nacional de Abastecimento.
Boletim da Agricultura Familiar / Companhia Nacional de Abastecimento. - v.2, n.1 (2021-). - Brasília : Conab, 2015-
v.

Bimensal

ISSN: 2763-7786

1. Agricultura Familiar. 2. Agronegócio. I. Título.

CDU 631.115(81)(05)

Ficha catalográfica elaborada por Thelma Das Graças Fernandes Sousa CBR-1/1843

Distribuição:
Companhia Nacional de Abastecimento
SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF
(61) 3312-6262
http://www.conab.gov.br / sueas@conab.gov.br

Sumário

Metodologia 06

Editorial....07

Artigo em destaque 09

Opinião do Produtor....20

Comercialização....23

Políticas Públicas (PGPMBIO)....28

Políticas Públicas (ProvB)....47

Sessão Extra: temas rotativos....59

Metodologia

Trata da análise dos dados disponíveis sobre a agricultura familiar. A cada edição pretende se abordar temas fixos e comuns a todas as edições, que retratem de forma geral a agricultura familiar naquele momento com foco em informações relevantes para os agricultores, bem como trazer temas rotativos, mais elaborados, com vistas a tender o público de gestores públicos que consomem as informações por nós divulgadas.

Nesse mês da mulher faremos uma abordagem diferenciada. Teremos temas escritos por mulheres e relacionado a participação delas na agricultura e nas políticas públicas.

PÚBLICO-ALVO

Em primeiro lugar o público alvo são os produtores da agricultura familiar. Todavia sabemos que os gestores públicos também são consumidores muito importantes das informações que divulgamos e analisamos. Por isso há uma mescla de assuntos mais objetivos que são do interesse direto do produtor (como preços) mas também existe um material mais denso que serve de debate para atores envolvidos nas cadeias produtivas também com viés de promoção de políticas e pesquisa.

PERIODICIDADE:

Bimestral. A ideia é fazer edições intercaladas com o boletim da sociobiodiversidade.

DIVULGAÇÃO:

Conab.

Editorial

Carla Azevedo dos Santos Viana

É com grande satisfação e expectativa que apresentamos, neste mês de março, a primeira publicação do Boletim da Agricultura Familiar de 2022, com destaque especial para a atuação das mulheres.

Como homenagear e exaltar o trabalho das mulheres que impactam o mundo com sua força e liderança, vencendo desafios e assumindo cada vez mais responsabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar?

A cada dia, nota-se que as mulheres têm se superado, conquistado vitórias e posição de destaque na sociedade. Na agricultura familiar não é diferente, na medida em que elas vêm gradativamente consolidando sua importante atuação no campo, gerando renda e produzindo benefícios para as suas famílias e para a sociedade.

Os números do Censo Agropecuário de 2017 demonstram essa consolidação da atuação feminina no campo. Observa-se que o número de mulheres na direção dos estabelecimentos rurais no Brasil alcançou quase 1 milhão, de um universo de 5,07 milhões, indicando um crescimento de 44,2%, em comparação ao Censo realizado em 2006. A referida pesquisa registrou que 20% das mulheres compartilham a direção nos estabelecimentos rurais com seu cônjuge e que a participação feminina em relação ao total de estabelecimentos passou de 12,7% para 18,7%, nos dois últimos levantamentos.

Ante a esses fatos positivos, a presente publicação tem como foco a autoria de mulheres e, sob a perspectiva delas, destacar as conquistas alcançadas pela mulher na agricultura familiar e refletir sobre o futuro, em termos de melhoria das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao aumento constante da participação da mulher no desenvolvimento socioeconômico do país, produzindo melhoria de vida para trabalhadoras rurais.

O ARTIGO EM DESTAQUE apresentará dados relevantes sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos, hoje Alimenta Brasil, para a autonomia econômica das mulheres do assentamento Chapadinha no DF.

A OPINIÃO DO PRODUTOR traz uma reflexão sobre o papel das políticas públicas como ferramenta no empoderamento feminino.

No capítulo COMERCIALIZAÇÃO, serão apresentados preços de mercado para alguns produtos, como hortifrutis, leite, produtos da sociobiodiversidade e produtos processados.

O capítulo sobre POLÍTICAS PÚBLICAS trará dois artigos: um que trará uma avaliação do resultado da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) na elevação da renda dos produtores acima das linhas de pobreza e extrema pobreza e o outro que abordará a participação das mulheres no Programa Vendas em Balcão.

A SESSÃO EXTRA trará uma reflexão sobre os povos do cerrado e o desenvolvimento desse bioma.

Agradecemos às mulheres que contribuíram para que essa edição fosse publicada: Ana Rita Lopes Farias Freddo, Florence Rios Serra, Regina Célia Gonçalves Santos, Juliana Martins Torres, Sued Wilma Caldas Melo, Thaisa da Silva Ramos, Andréa Leme da Silva, Flavia Agnelo Queiroz, Marília Malheiro Yamashita e Thelma Das Graças Fernandes Sousa. Sintam-se honradas!

Boa leitura para todos.

Artigo em Destaque

Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha (DF)

Thaisa da Silva Ramos
Andréa Leme da Silva

INTRODUÇÃO[1]

Apesar do número expressivo de publicações que discutem o desenho e implementação do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), as abordagens em torno da valorização do trabalho feminino e autonomia econômica no âmbito do programa são incipientes. Após a sanção da Resolução n° 44/2011, que fomenta o acesso de mulheres em todas as modalidades do PAA, o tema vem ganhando importância na comunidade acadêmica. Nesse sentido, esta pesquisa concentra-se na relação entre políticas públicas, autonomia econômica e relações de gênero, tendo como objetivo analisar as contribuições do PAA para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha, no Distrito Federal.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei n° 10.696/2003[2] no âmbito do Programa Fome Zero e caracteriza-se pela intersetorialidade (GRISA et al., 2010; ASSIS, PRIORE, FRANCESCHINI, 2017). O programa possui dois objetivos principais: 1) garantir o acesso à alimentação de qualidade pelas pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; 2) e promover a inclusão produtiva dos trabalhadores rurais. O PAA é composto por dois tipos de beneficiários: os agricultores familiares que repassam seus produtos para o programa (fornecedores), e as pessoas que recebem os alimentos pelas entidades socioassistenciais cadastradas (ASSIS, PRIORE, FRANCESCHINI, 2017; CUNHA, FREITAS, SALGADO, 2017).

Atualmente, o PAA é executado com os recursos do Ministério da Cidadania (MC) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Conab é a responsável pela operacionalização de quatro modalidades vigentes: Compra com Doação Simultânea (CDS), Aquisição de Sementes, Compra Direta da Agricultura Familiar e

---

[1] Thaissa é Mestra em Políticas públicas para o meio ambiente e o campo pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), campus de Planaltina. Contato: thaisasilvaunb@yahoo.com.br
Andrea é Professora permanente do Programa de Pós-Graduação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), campus de Planaltina.

2 Posteriormente, o PAA foi alterado pela Lei n° 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto n° 7.775/2012.

Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque). Com base nos dados da Conab, a modalidade CDS é a que mais recebe recursos. Em 2019, do total de 41 milhões de reais, 78% foi destinado para essa modalidade, ou seja, cerca de 32 milhões de reais. Isso ocorre devido ao desenho da modalidade, que possibilita a comercialização de uma ampla variedade de produtos (CONAB, 2020).

Várias melhorias foram alcançadas pelos agricultores familiares por meio dos mercados institucionais. No tocante ao PAA, além da dispensa de licitação, leva-se em conta a valorização dos produtos conforme as diferenças regionais (SCHMITZ, MOTA, SOUSA, 2016). Os valores pagos aos agricultores mediante o mercado regional fortalecem a sua autonomia, tendo em vista que antes do PAA os valores das compras institucionais estavam defasados (ROCHA, ANJOS, 2016).

Desde 2011, por meio da Resolução n° 44/2011, o Grupo Gestor do PAA (GGPAA) estabeleceu critérios de priorização para a seleção das propostas de comercialização. A resolução reconhece a contribuição do trabalho das mulheres para a economia rural, bem como as diferenças de acesso ao programa pelas mulheres e suas organizações produtivas. Por isso, tem-se no art. 4, as cotas mínimas de mulheres nas modalidades CDS e CPR-Estoque, sendo 40% e 30%, respectivamente (BRASIL, 2011; CONAB, 2020). Diante do novo dispositivo, pesquisas foram realizadas com o objetivo de compreender a participação das mulheres no programa, tendo em vista que, até então, não possuía em sua estrutura um recorte de gênero.

METODOLOGIA

Com caráter teórico-empírico e natureza qualitativa, a pesquisa adotou como metodologia a História Oral, tendo como enfoque a modalidade História Oral Temática. Os instrumentos utilizados para a coleta das fontes orais foram: entrevistas semiestruturadas, caderno de campo, gravador de áudio e registro fotográfico. Os relatos foram analisados a partir de cinco categorias: acesso ao programa e a renda; uso do tempo; compartilhamento do trabalho doméstico; poder de decisão sobre o recurso financeiro; empoderamento[3]. A análise dialógica das fontes consistiu no

3 Este artigo traz um recorte dos principais relatos da categoria acesso ao PAA e a renda. Essa categoria abrange pontos centrais referente ao uso e administração do recurso financeiro pelas agricultoras, assim como os pontos fortes e fracos do PAA na visão das entrevistadas. Leia a pesquisa na integra em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/42534

processo de categorização, transcrição e embasamento teórico e foi a técnica utilizada para o tratamento das fontes orais.

Foram realizadas entrevistas entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, a partir da seleção de três informantes-chave em consonância com o desenho e método qualitativo adotados. As entrevistadas incluíram uma agricultora responsável pela criação do movimento de mulheres dentro do assentamento; uma agricultora com participação e interlocução ativa com os cargos diretivos da associação; e uma jovem agricultora que recentemente iniciou suas experiências com o PAA, mesmo que indiretamente, atuando na parte administrativa do recurso financeiro da sua área de produção[4].

As mulheres entrevistadas fazem parte da Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar do Assentamento Chapadinha (ASTRAF), precisamente as mulheres vinculadas ao grupo Raízes da Terra e fornecedoras do PAA. Esta escolha baseia-se no destaque do referido grupo em concursos e atividades culturais, bem como o protagonismo na administração dos seus empreendimentos rurais (EMATER, 2018).

Considerando o contexto de pandemia, aplicou-se os protocolos e medidas de segurança dispostos na Seção II, do Decreto 40.939 de 02 de julho de 2020. Dessa forma, pesquisadora e participantes concordaram com o uso de máscara durante todo o período de realização das entrevistas; bem como o distanciamento de dois metros e uso de álcool em gel 70%.

ACESSO AO PROGRAMA E A RENDA

Os agricultores do assentamento Chapadinha iniciaram sua participação no PAA em 2012, por meio da Emater. O cadastro dos agricultores foi realizado por extensionistas, assim como a oferta de cursos sobre a padronização e higienização dos alimentos. Nesse mesmo ano, foram comercializadas 31 toneladas de alimentos pelas 19 famílias participantes do PAA, totalizando o valor de 82.000 mil reais (EMATER, 2018).

Atualmente, a ASTRAF possui 75 associados, sendo 38 mulheres e 37 homens. Desse quantitativo, 18 agricultores são beneficiários fornecedores do PAA na modalidade CDS

4 O recorte temporal compreende a data de adesão de cada participante ao PAA, tendo a agricultora 1 iniciado suas experiências com a política pública nos anos de 2019/2020, a agricultora 2 no ano de 2012 e a agricultora 3 no segundo semestre de 2012.

via Conab, conforme a proposta de participação de 2020[5]. Dentre os agricultores, 9 são mulheres, que representam o percentual de 50% em consonância com o art. 4 da Resolução n° 44/2011, que estabelece a participação de 40% de mulheres na modalidade CDS (BRASIL, 2011).

As três agricultoras participantes dessa pesquisa tiveram diferentes motivações para acessar o PAA. Conforme relatado pela agricultora 1, sua motivação surgiu por intermédio do padrasto, que tinha acesso ao programa. Tal fato contribuiu para que o esposo fizesse contato com a Emater e manifestasse interesse, o que despertou nela também a motivação para participar do programa. Sobre sua participação na implementação do PAA no assentamento, a informante relatou que participou das reuniões da Organização de Controle Social (OCS) do assentamento em conjunto com técnicos da Emater para tratar das boas práticas de higiene e comercialização dos produtos.

A agricultora 2 relatou que sua motivação surgiu a partir do incentivo de outras mulheres do assentamento e do presidente da associação. Sobre a participação na implementação do PAA no assentamento, ela afirmou que participou de cada fase: "Com muito orgulho! Participei passo a passo". A agricultora 3 relatou que a sua motivação surgiu por causa da variedade de produtos que o programa recebe. Segundo ela, o PAA oferece praticidade nas entregas dos produtos em relação a dinâmica das feiras, sendo viável economicamente e possibilitando investimentos na propriedade:

> A feira é boa porque é algo constante. Mas temos que tirar um dia para colher e um dia para vender. Temos que disponibilizar dois dias para fazer a feira e mais de uma pessoa. Uma pessoa não consegue. O PAA além de pegar uma quantidade maior, **que compensa financeiramente**, nós colhemos e entregamos e vamos embora, e ainda conseguimos cuidar da propriedade o restante do dia. [...] Mesmo que eu não consiga produzir tudo **tem uma variedade muito grande de produtos**. É muito bom o PAA porque é um dinheiro que nós pegamos reunido. Pegamos um dinheiro reunido para conseguir investir em alguma coisa: **melhoria da casa, da horta no geral** (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021, grifo nosso).

Com relação às vantagens de acesso ao programa, a agricultora 1 observou que o acesso ao PAA é importante pois ajuda a escoar mais rápido a produção. Outro ponto é a segurança em relação ao dinheiro: "É um dinheiro certo, que a gente sabe que todo

5 A emissão da lista de associados e a proposta de participação da ASTRAF fazem parte da pesquisa documental feita pela pesquisadora após contato com o presidente da associação.

ano aquele dinheiro vai estar lá, mais certo do que nas outras coisas". A agricultora 2 ressaltou que pode fazer aquisições com o dinheiro das entregas dos produtos devido a garantia de pagamento. Para ela, facilitou a compra de materiais e a quitação de diversas contas:

> Eu vou comprar duas bombas porque a minha queimou e está custando dois mil e quatrocentos reais. Ficou mais fácil. Eu sei que tenho aquele dinheiro porque entreguei [os produtos]. Eu vendi a minha mercadoria. Entreguei para o PAA e quando fui receber tinha várias continhas para pagar, e paguei, graças a Deus estou livre! (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

De modo similar, a agricultora 3 relatou as melhorias na estrutura da horta, o planejamento em torno das entregas e os investimentos na propriedade: "Quando fazemos uma entrega para o PAA já nos programamos. Vamos investir em adubos, o que sobrar vamos fazer o canil. Sempre fazemos uma programação e vamos melhorando a propriedade". Ela ressaltou o aumento da qualidade de vida após os investimentos, observando que seu local de lazer e de trabalho é na propriedade: "Vou para a cidade quando precisa. Meu lazer todo é aqui. Não é assim: 'Vou sair pra curtir'. Não tem isso. Temos que melhorar a qualidade de vida de onde vivemos. Aqui vivemos e trabalhamos".

Sobre a participação na implementação do PAA no assentamento, a agricultora 3 recordou os momentos de insegurança ao lado das amigas em relação ao programa, seu funcionamento e os pré-requisitos. O PAA era um mundo novo que se apresentava diante daquelas mulheres: "No começo tínhamos tanto medo de fazer nota fiscal. Tudo para nós era novo. Não era o termo de adesão. No início, o pagamento era feito pela Caixa Econômica".

Mesmo diante daquele cenário de incertezas, a informante relatou a persistência das mulheres em participar do PAA e como elas conseguiram incentivar outros agricultores:

> Tudo era novo, **tínhamos medo**, mas ao mesmo tempo nos encorajávamos: "A gente precisa!" Se a gente fosse ficar com medo, alguns pensariam que era golpe: **"Isso é golpe! Não vai dar certo".** Por mais que nós tivéssemos medo, nós encorajávamos os outros: "Vai dar certo"! (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021, grifo nosso).

A agricultora 3 contou que, durante a fase de implementação do PAA no assentamento, ela somente incentivava os agricultores, e que não fazia parte de imediato devido a sua participação na festa da pamonha. Ela relatou seu sentimento de satisfação ao ver os companheiros fazendo as primeiras entregas:

> A**** e o senhor N***** foram os primeiros [a entregar para o PAA] e foi no período que tinha a festa da pamonha aqui [no assentamento]. Eu só incentivava, participar mesmo só da metade do ano em diante, pois estávamos muito envolvidos com a festa da pamonha. Mas tinha aquela satisfação de ver que as pessoas já estavam entregando [os produtos] (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

Os pontos fortes de acesso ao PAA identificados pelas agricultoras incluíram o planejamento da entrega e a garantia de comercialização dos produtos para o PAA – reduzindo as perdas –, e os retornos financeiros. A agricultora 3 relatou que o ponto forte é a garantia do dinheiro: "Entregou, recebeu. Conseguiu agendar e entregar, a gente recebe e é tranquilo. Isso aí é muito bom".

Os pontos fracos identificados pelas entrevistadas em relação ao programa consistem na falta de critérios informativos com relação à padronização dos alimentos; dificuldades de agendamento para entrega dos produtos – agravado durante a pandemia –; e valores dos produtos e da cota anual que desconsideram a qualidade dos alimentos produzidos, como os orgânicos.

Para a agricultora 1, por exemplo, o que precisa melhorar no programa é a uniformidade quanto ao estado de maturação dos produtos, que varia de acordo com o funcionário disponível para o recebimento: "Já tínhamos entregado o tomate do mesmo jeito que a gente levou ('de vez'), e chegou lá a pessoa não quis receber o tomate porque disse que estava muito maduro. [...] Foi meia tonelada de tomate que só não foi jogada fora porque a gente doou".

Durante a pandemia, os agricultores e agricultoras não conseguiram vender a totalidade dos produtos nas feiras e por delivery, ocasionando aumento da procura por agendamento, bem como o apodrecimento e a perda dos produtos:

> [...] Cada um queria agendar o seu [produto]. Ficou assim: se estivesse perdendo o repolho, tinha o direito de entregar apenas o repolho. Quer dizer, minha banana perdeu. Esse ano que passou [2020] perdi muitas toneladas de banana. Amadureceram. A gente dava para as pessoas, mas não conseguiam comer. E a Emater não estava pegando. Entregava apenas o repolho, e as bananas ficavam para os passarinhos comerem. O ponto fraco para mim é esse (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

Em relação aos preços, a agricultora 2 disse que costuma vender seus produtos abaixo do valor mesmo sendo orgânicos:

> Eu entreguei banana a 2 reais e um conhecido disse: "Dona C*****, a senhora pode reclamar. Sua mercadoria é boa, é orgânica". O preço da banana no [sistema] orgânico é quatro reais por kg. [...] Mas de tanto a gente falar daqui e dali, aumentaram [o valor] e estão comprando por quatro reais o kg da banana. É bom porque entrega muito [produto]: duzentos kg, trezentos kg...é um dinheirinho, né? (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

Para a agricultora 3, o ponto fraco consiste na dificuldade de agendamento, sendo as folhosas os itens mais difíceis de entregar. Ela disse que durante o ano de 2019 houve pouca demanda de folhosas: "Acho que eles deram prioridade para quem era convencional por causa dos valores, parece que o recurso era pouco. Então, quase não conseguimos entregar". No ano de 2020, por causa do contexto de pandemia, a situação pouco mudou, e novamente ela não conseguiu entregar as folhosas. Sua cota anual foi concluída a partir da entrega de frutas e tubérculos:

> Algumas coisas nós deixamos de entregar. Folhosas no ano passado [2020] não conseguimos. Só conseguimos fechar [a cota] porque tínhamos mais essas coisas: cenoura, beterraba, abóbora, alguns abacates, banana. Pegamos um pouquinho daqui um pouquinho dali. Se a gente plantar alface que tem um preço bom, cheiro verde, e só pensar especificamente nisso, a gente frustra. O ponto fraco é a dificuldade no agendamento. Nem sempre é fácil agendar. No ano de 2019, quase não conseguimos agendar porque trabalhei pouco, são serviços mais pesados. As folhagens para as mulheres são mais leves de trabalhar. Eu não consegui agendar as coisas que eu tinha, as folhosas. Nós plantamos [as folhosas], mas se der, deu. Tenho que plantar coisas que sei que são mais fáceis, mais aceitas. Ano passado [2020] também não foram aceitas [as folhosas] porque foi na forma de cestas. Realmente não dava porque são produtos perecíveis. Como foi um ano atípico eles [Emater] montavam a cesta e distribuíam para as famílias. Não foi de maneira a granel para as entidades. Esse ano [2021] já não sabemos direito como vai ser (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

Segundo ela, os materiais necessários para a produção estão aumentando sem o respectivo ajuste dos valores dos produtos:

> [...] A gente sabe que 6.500 reais [valor da cota anual] é bom, mas com as coisas aumentando do jeito que está, todo dia é um valor [diferente] das coisas. [...] Não estamos conseguindo aumentar o valor dos nossos produtos. Está praticamente os mesmos valores, não muda muito. A gente vê que a embalagem aumentou, a gasolina aumentou [...] (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

No tocante ao que o PAA representa para as entrevistadas, a agricultora 1 relatou que o programa contribuiu para a comercialização e o retorno de insumos para a produção: “Você pega e entrega, recebe o seu dinheiro, e através daquele dinheiro você pode investir novamente. Você pode comprar um adubo, você pode comprar uma semente”. A agricultora 2 relatou que sempre surgem expectativas a partir de fevereiro, mês que iniciam as entregas, e que o PAA representa esperança diante desse contexto. Pode-se perceber que o acesso à renda é o que motiva o trabalho dela no programa: “Você começa a vender para ter um dinheirinho”. Já a agricultora 3 relatou três sentimentos: “O programa representa esperança, expectativa e incentivo”.

No que se refere ao incremento de novos produtos para a comercialização e aumento da renda, a agricultora 1 consultou o esposo. Segundo ele, a maioria dos produtos comercializados na feira são entregues para o programa: “A gente não precisou fazer essa adaptação para a entrega do PAA”. Quanto aos alimentos mais cultivados e com maior retorno financeiro, a agricultora 1 relatou a redução na variedade da produção em torno dos produtos mais comerciais, tais como o tomate, a cebola, a cenoura, a beterraba, o morango e a batata inglesa. A entrevistada apontou três produtos mais rentáveis: o tomate, o morango e a cebola. Ela fez uma ressalva ao morango, que dá lucro somente em uma determinada época do ano.

A agricultora 2 disse que praticamente tudo o que ela planta consegue vender: “Todas são coisas pequenininhas que você pensa que não tem um pingo de valor, mas vende muito bem”. Ela seguiu citando os produtos que vende nas feiras e no PAA, e suas experiências de comercialização nesses mercados:

> Se você tem mercado todos dão retorno. No meu caso, plantei beterraba, cenoura, berinjela, rabanete, jiló, banana, mandioca, batata doce, batata yacon, cebolinha, coentro, salsa, e a gente vai inventando mais coisinhas, entendeu? Esse ano [2021] eu não plantei feijão andu. Estou mole, meu joelho não está me ajudando muito. Tudo você vende: açafrão, gengibre, hortelã. Daqui você tira tudo para vender. Por isso que um incentiva os outros, entendeu? Você vai vender um mastruz, a folha de algodão, a azedinha [hortaliça herbácea de nome científico *Rumex acetosa*] e o João Gomes [hortaliça de nome *científico Talinum paniculatum*], que são procurados. Quando deixamos de entregar para o PAA, porque as coisas do governo é só fogo de palha (risos), tem a feira. A feira, o que você vende lá, você traz o que está precisando [dinheiro]. O que você vende já dá para comprar o que precisa. Eu vendo abacate, romã, laranja e manga. [...] Plantei uns pés de acerola, várias coisinhas, que quando a gente recolhe está com a caixa cheia. Aí você diz: “Essa semana não

> vou para a feira porque eu não tenho nada". Mas de repente você tem a folha da taioba, couve, enfim. Todo mundo compra e fico muito feliz (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

A agricultora 3 relatou o aumento da variedade dos produtos para a feira e para o PAA. Ela ressaltou que, após o acesso ao programa, o alimento mais cultivado é a batata doce. Quanto aos alimentos mais cultivados e quais dão mais retorno financeiro, ela relatou a decisão que teve em conjunto com ex-marido sobre investir nos produtos já cultivados na propriedade, devido ao preço elevado das sementes. Para ela, a batata doce é o produto mais rentável e com melhor custo-benefício:

> Estava conversando com ele [ex-marido] para a gente investir em coisas que tira a muda daqui [propriedade]. No caso, a batata doce. A semente está muito cara. Está ficando inviável. Mas a batata doce o custo dela é a mão de obra e a adubação. Como conseguimos retirar a muda da propriedade, é um produto que dá lucro (Entrevistada 3, 19 de fevereiro de 2021).

No que se refere a qual processo mais participa (plantio, colheita e/ou produção), a agricultora 1 mencionou a comercialização e a administração dos recursos, sendo esta última atividade sua preferida. As demais entrevistadas relataram que participam de todos os processos – produção, colheita e comercialização dos produtos. A agricultora 2 relatou ser responsável pela comercialização nas feiras e agendamentos para o PAA:

> Eu vou para a feira, negocio para o PAA e faço agendamento. [...] Agendei com o rapaz 100 kg de limão. [...] Toda semana eu vou para a feira e vendo para o Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial], àquele restaurante que fica perto daqueles engravatados que querem comer comida boa. Eu vendo para eles também (Entrevistada 2, 28 de janeiro de 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, a partir dos relatos das agricultoras, que as principais vantagens de acesso ao programa ocorrem em torno da garantia da renda, facilidade de escoar a produção e possibilidade de investimentos na propriedade com o recurso financeiro. As principais insatisfações foram a dificuldade de agendamento e o consequente apodrecimento dos produtos, além do baixo valor da cota anual.

Nos três casos houve contribuição para a renda familiar através dos recursos financeiros do PAA. Em relação à participação nos gastos domésticos, as três agricultoras afirmaram participar e fazer a gestão do recurso. De modo similar, as entrevistadas afirmaram participar das discussões sobre como aplicar o dinheiro na área de produção. Aqui, faz-se uma ressalva para o caso de uma agricultora, que relatou ter uma relação de "parceria" com o cônjuge. Pode-se inferir, com base nos relatos, que as agricultoras possuem participação ativa e capacidade de gestão dos recursos financeiros, sobretudo na esfera produtiva, na qual elas planejam a compra de insumos, destinam boa parte dos recursos e ampliam a produção para diversos mercados além do PAA.

Diante dos resultados, o PAA pode ser considerado uma estratégia importante para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres, desde que atue conjuntamente com outras políticas públicas. Constatou-se a necessidade de uma maior participação nos arranjos institucionais do programa pelas agricultoras, tendo em vista que, no início da adesão, a falta de conhecimento sobre os objetivos e operacionalização do PAA gerou inseguranças, dúvidas e desinteresse em relação ao acesso.

Por fim, acredita-se que ainda não há a plena efetivação da autonomia econômica pelas agricultoras em virtude da persistente divisão sexual do trabalho nos arranjos familiares; refletida na manutenção dos afazeres domésticos e de cuidados exercida majoritariamente pelas mulheres; culminando na sobrecarga de trabalho sobre elas.

Esta pesquisa não é um fim em si mesma. Desse modo, não objetivou esgotar o tema, mas sim, contribuir para as problemáticas futuras, sobretudo, as que não foram contempladas aqui. Tem-se como limitações dessa pesquisa: a) como ocorrem os processos de agendamento dos produtos? O que precisa ser feito para melhorar tais procedimentos? b) quais os impactos da Resolução n. 44/2011 no quantitativo de mulheres efetivamente participantes como beneficiárias fornecedoras? Como se dá o monitoramento por parte dos órgãos gestores e executores do programa? c) quais os impactos da produção orgânica na alimentação das famílias assentadas e da comunidade? d) medição do tempo médio de realização do trabalho produtivo e reprodutivo das agricultoras por meio de abordagens qualitativas com aprofundamento das realidades e percepções.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores**. Revista Ciência e Saúde Coletiva,** p. 617-626, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.02292015
Acesso em: 01 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução n° 44, de 16 de agosto de 2011.** Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 92, 17 ago. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das ações da Conab em 2019. **Compêndio de Estudos Conab,** v. 27, 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?limitstart=0 Acesso em: 13 jul. 2021.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **RESR,** Piracicaba, São Paulo, v. 55, n. 03, p. 427-444, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/abstract/?lang=pt Acesso em: 13 jul. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: o caso do pré-assentamento Chapadinha. **Diálogos e experiências,** n. 2, p. 25, 2018.

GRISA, Cátia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos,** v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69/59 Acesso em: 15 nov. 2018.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. Agricultura Familiar e os Mercados Institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista/Roraima. **Revista NERA,** ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3553 Acesso em: 13 jul. 2021.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. O Fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Política e Sociedade,** Florianópolis, v. 15, p. 80-103, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p80 Acesso em: 03 out. 2018.

Políticas Públicas como ferramenta de empoderamento feminino

Flavia Agnelo Queiroz
Regina Célia Santos

Entrevistadas:

- Izabel Nogueira Coelho, integrantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema localizada em Curralinho-PA
- Silvana Hipólito Monteiro, da Associação Comunitária do Poço da Forquilha e Comunidade Circunvizinhas no Rio Grande do Norte
- Francisca das Chagas dos Santos Silva, da Associação para o Desenvolvimento da Mulher de São José do Pedregulho
- Pamela Aparecida Costa da Silva, Organização Rural do município Nova Friburgo, do Rio de Janeiro

Entre os rios da região de Marajós, no Pará, cresce uma jovem liderança entre as mulheres. Com 24 anos, Izabel Nogueira Coelho (integrantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema localizada em Curralinho-PA) está próxima de se formar em Ciências Naturais pela Campus Universitário de Cametá no Baixo Tocantins, basta apenas apresentar o Trabalho de Conclusão do Curso. Mas apesar da pouca idade, a luta pela igualdade de gênero já se mostra longa. E para mudar a realidade a sua volta ela conta com o apoio de políticas públicas que auxiliam a comercialização dos produtos extrativos da região. “Eu vi a PGM-Bio [Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade] como um meio de mudança”, conta a jovem.

Ela lembra que a Associação que começou com apenas 12 homens, hoje conta com mais de 600 integrantes, em grande parte mulheres que trabalham e recebem pela comercialização de seu produto. “Logo no início foi um pouco difícil, mas depois elas começaram se abrir”, lembra. “A gente começou a fazer reuniões e também oficinas, uma delas foi igualdade de gênero. Dentro dessas oficinas a gente tentou resgatar a autoestima da mulher que estava adormecida. E, por meio desses encontros das políticas, a gente pode levar esse pensamento dela que ela pode mudar, e não essa acomodação que se torna algo enraizado, mas que precisa siar para alcançar outros pensamentos. Porque a mulher é capaz de fazer muitas coisas. Ela pode ser empreendedora dela mesma, ela pode ser a protagonista do seu próprio conhecimento, do seu próprio dinheiro, pode ajudar na economia familiar”.

Nessa busca por protagonismo Silvana Hipólito Monteiro, da Associação Comunitária do Poço da Forquilha e Comunidade Circunvizinhas no Rio Grande do Norte, encontrou o Programa de Aquisição de Alimentos, iniciativa que hoje se chama Alimenta Brasil. “Eu costumo dizer que o programa deu oportunidade às mulheres. Isso não quer dizer que os homens não tenham tido não. Mas deu a oportunidade as mulheres ter uma renda, de dizer: “eu tenho o meu salário, eu vou comprar isso porque eu quero”. Então eu digo isso em todos os cantos hoje a gente tem emprego e renda” reforça.

Mas, trilhar esse caminho nem sempre é fácil. Francisca das Chagas dos Santos Silva, a Chaguinha da Associação para o Desenvolvimento da Mulher de São José do Pedregulho, lembra das batalhas enfrentadas “Quando a gente começou, os homens diziam que a gente era um bocado de desocupada. E hoje são as mulheres que estão comandando a Associação. Então é uma felicidade só, é um prazer imenso estar à frente dessa associação em busca de melhoria tanto para as sócias como para o próprio assentamento. É um prazer imenso”.

Iniciativa que reverbera em todos os cantos. Em Nova Friburgo, município do Rio de Janeiro, cabe às mulheres a parte de organizar as formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar. “Tem muitas mulheres nas lideranças das associações e acabam que elas tomam à frente. A gente não tem muita limitação de participação, de gestão das nossas organizações. E as políticas públicas auxiliam na garantia de renda. Assim, a mulher pode se planejar para comprar o que ela quiser”, conta Pamela Aparecida Costa da Silva das Organizações Rurais do município.

Dificuldades – Apesar dos avanços já conquistados, ainda há muitos desafios a serem vencidos de forma a possibilitar tanto o desenvolvimento como a maior participação das mulheres nos cargos de liderança. “Tenho filho de 8 anos. Eu sempre levei meu filho para as reuniões, para as coisas que eu precisava ir, para o trabalho, e pode colocar ele na creche municipal aqui. É muito importante ter umas creches nas comunidades rurais para ajudar as mães a trabalhar, porque é um desafio muito grande dá conta de filho, casa. Sempre contei com minha mãe, com minha sogra. É uma rede mesmo. Você tem que ter muito apoio”, diz Pamela.

Mas nem todas as mulheres encontram a rede de apoio que as produtoras rurais da região fluminense podem contar. “Muita das vezes, aqui, ocorre casos em que os maridos não apoiam as esposas a estudar, fazer uma faculdade”, conta Izabel que pondera que o fator Marajó implica em várias situações singulares. “A gente estuda em

pólos de universidades. Então ficamos fora, janeiro e fevereiro e julho e agosto. São 4 meses longe da família. Aqui não tem creche. E o transporte ainda é por barcos. Então é muito dificultoso para uma mãe viajar e imaginar seu filho está indo para escola de barco. E se ele cair no rio? Sem contar que muitas às vezes se deixar apenas com o pai, ele pode precisar sair, porque para participar das atividades do açaí tem que se deslocar de sua casa e ir para os matos para tirar o produto. Então com que deixar [a criança]?" questiona.

Mesmo com todas as dificuldades existentes, o trabalho semeado pela jovem extrativista já começa a dar frutos. Segundo a paraense Izabel, a associação já conta com mulheres nos comandos dos portos de açaí. "Meu sonho é levar uma associação só de mulheres. Não podemos mudar o mundo, mas podemos mudar nossa localidade. Essa minha bandeira. Mudar onde eu vivo para poder levar essa mudança para outros locais. E uma mulher empoderada, empodera outras".

INTRODUÇÃO AOS PREÇOS DE PESQUISA DE MERCADO

Nessa sessão apresentaremos alguns preços de mercado pesquisados pela Conab e registrados no sistema de preços agropecuários – Siagro. Destacados nas tabelas 2, 4, 5 e 6 que estão os índices de preços de mercado dos principais produtos básicos, produtos da sociobiodiversidade, produtos processados e semi processados, respectivamente, referentes ao mês de Fevereiro de 2022. Essa é uma pesquisa ampla realizada pelas áreas do acompanhamento de mercados das Superintendências Regionais da Conab.

Nas tabelas 1 e 3 estão relacionados os preços de hortaliças e frutas, respectivamente, os dados de preços de comercialização foram fornecidos pela Gerência de Hortifruti na Conab. Todos os produtos relacionados nas tabelas a seguir fazem parte do último grupo de produtos negociados no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Quanto aos produtos de hortifruit, as hortaliças apresentaram altas generalizadas nos preços, e tal comportamento foi observado na maioria das praças e produtos pesquisados. O aumento chegou a mais de 300 % em praças como Pernambuco (351% para o coentro), que por sua vez, foi o local onde ocorreram incremento mais acentuados nos índices, por exemplo, pepino apresentou aumento de 113%, a couve, 68% e a cebolinha, com mais de 122% de alta no preço. Além desses, produtos em Pernambuco, outros produtos em estados distintos tiverem acréscimos significativos aos preços praticados nos mercados, como o repolho, a vagem, batata e a cenoura.

Com exceção da mandioca, que excluindo o Rio de Janeiro, apresentou baixa em todos as praça pesquisadas, o decréscimo dos preços ocorreu de maneira pontual no grupo das hortaliças. O tomate e Alface, umas das principais hortaliças da dieta do brasileiro, apresentaram baixas nos preços em 2 (Minas Gerais e Pernambuco) e1 (Pernambuco) praças, respectivamente. O brócolis em Minas Gerais sofreu o maior decréscimo no índice de preço dentro do cluster avaliado, baixa de 46% em fevereiro nas cotações entre as Centrais de Abastecimento avaliadas.

Dentre as frutas pesquisadas no mês de Fevereiro, destaca-se a redução de preços para abacate em todas as cotações levantadas pela Conab, porém, de modo geral, nota-se que a alta nos preço foi uma tendência mais recorrente entre as frutas. As maiores variações positivas foram em torno de 50%, como na melancia em Pernambuco e Minas

Gerais (58%0 e 49%, respectivamente), sendo a maçã o produto com maior alta geral, 65% em Minas Gerais.

Dentre os produtos básicos pesquisados que fizeram parte do PAA, destaque para a queda no preço do leite em grande parte das praças, excetuando Rio Grande do Sul e Bahia, com altas de 1,05 e 2,06, respectivamente. SC e PA não apresentaram variação mensal nos índices. A baixa nos preço também foi observada para alguns produtos da sociobidiversidade que foram comercializados pelo PAA. Para todos os produtos cotados no amazonas por exemplo como o açaí, cacau e castanha do Brasil houve redução nos índices . A maior alta observada neste grupo foi de 18,49% para a mangaba na Bahia.

Quanto sos produtos processados e semi-processados, destaque para o guaraná tipo 1 que sofreu aumento de 43% na variação mensal. O índices de preços dos produtos cárneos sofreram baixa na maioria das praças cotadas, com exceções de Alagoas (alta de 0,57% para a carne caprina) Paraná (alta de 0,37% para o frango vivo) e Pernambuco, com maior aumento do período (9,18% para o frango vivo).

Tabela 1 – Preços de mercado das principais Hortaliças (R$/Kg) – CEASAS – Fev/22

Produto	Alface		Tomate		Batata		Cebola		Cenoura	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	4,44	0,00	5,47	2,05	5,05	36,86	3,89	2,91	5,41	84,01
MG	12,61	43,79	3,99	-3,62	2,18	6,86	2,60	7,44	4,78	88,19
PE	3,28	-5,48	4,28	-10,83	4,77	76,67	3,28	9,33	7,30	48,98
RJ	4,30	19,44	4,62	0,87	1,54	20,31	2,78	1,09	7,47	60,65
SP	5,37	60,78	4,12	16,71	3,11	19,16	2,89	11,58	5,65	67,16

Produto	Beterraba		Mandioca		Couve		Coentro		Cebolinha	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	3,85	16,67	2,29	-25,89	7,77	18,09	10,65	-0,28	10,00	0,00
MG	2,92	46,73	2,18	-2,24	15,87	38,00	*	*	24,77	49,67
PE	4,79	81,44	1,89	-10,00	6,75	68,75	8,53	351,32	9,13	122,68
RJ	3,21	32,64	2,25	9,76	6,75	-3,85	16,07	119,84	6,50	-13,33
SP	2,91	41,26	1,73	-11,28	4,18	60,77	30,10	22,76	7,09	1,87

Produto	Inhame		Abobrinha		Maxixe		Rúcula		Pepino		Cheiro Verde	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	4,75	-0,21	3,30	-23,43	6,23	22,16	12,50	0,00%	2,92	-4,58	7,42	83,21
MG	2,10	16,67	3,33	34,82	*	*	9,18	13,05%	2,18	-12,45	2,09	12,97
PE	5,25	2,14	2,18	-10,29	4,25	-27,47	*	*	2,09	113,27	1,56	-4,29
RJ	3,07	6,23	4,36	32,93	3,10	13,97	5,92	-1,33%	2,02	-8,18	2,00	0,00
SP	3,11	6,51	3,65	41,47	5,01	13,09	7,67	12,46%	2,56	-1,92	2,00	11,11

Produto	Abóbora		Vagem		Batata doce		Pimentão		Repolho		Brócolis	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	13,33	0,00	11,05	44,82	3,11	16,04	8,47	30,11	3,32	-0,30	4,67	0,00
MG	*	*	7,98	42,25	2,35	14,63	6,79	12,23	2,11	49,65	3,96	-46,13

PE	*	*	5,10	27,50	2,67	3,09	3,14	16,73	2,74	35,64	8,28	1,97
RJ	4,03	34,33	7,27	-3,32	2,63	14,85	6,11	19,34	1,60	40,35	2,92	-8,31
SP	6,89	68,46	9,00	72,41	2,27	4,61	5,32	25,18	2,44	92,13	3,43	-12,3

Tabela 2 – Preços de mercado dos principais produtos básicos(R$/Kg) – Siagro – Fevereiro/22

Produto	Leite		Feijão		Milho		Mel de Abelha	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
SP	2,06	4,04	5,07**	4,11	1,55	3,33	14,96	8,8
ES	SI	SI	5**	0,25	1,66	9,2	SI	SI
DF	2,13	-3,62	4,75	9,45	1,38	0,0	SI	SI
GO	1,87	-1,06	4,92	10,81	1,39	5,3	SI	SI
MG	2,20	-1,33	4,98	4,73	1,53	1,32	15,42	-0,19
MS	1,64	-3,53	4,94	5,78	1,44	2,85	15,71	-9,56
MT	1,66	-4,05	2,88*	15,07	2,09	4,5	SI	SI
RS	1,92	1,05	SI	SI	1,58	0,63	15,26	-0,58
PR	SI	SI	4,56	0,0	1,53	2,00	14,11	-15,81
SC	1,83	0,0	4,62	20,9	1,59	2,6	14,86	-10,53
AI	1,58	-15,96	SI	SI	1,45	2,84	17,5	0,0
BA	2,47	2,06	3,33	*	1,33	3,29	16,39	-0,67
MA	1,79	-1,13	3,258	-4,97	1,34	1,51	SI	SI
PA	1,34	0,0	5,08	0,39	1,43	3,6	SI	SI
TO	1,41	-1,4	3,04	2,35	1,33	3,1	SI	SI

Tabela 3 – Preços de mercado das principais frutas (R$/Kg) – CEASAS – Fevereiro/22

Produto	Coco		Goiaba		Acerola		Melão		Morango		Caju	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	2,54	5,39	7,42	-1,98	35,00	0,00	5,16	11,69	17,29	14,96	35,28	-0,03
MG	1,85	33,09	6,01	-12,65	38,41	12,57	3,37	28,63	9,44	21,49	27,25	-5,68
PE	1,20	5,26	2,04	20,71	2,84	19,33	2,15	49,31	24,60	-11,54	5,20	43,65
RJ	1,17	-35,71	8,26	4,42	*	*	4,12	27,55	12,50	0,00	20,73	3,65
SP	1,49	11,19	3,63	-23,26	10,18	-5,57	3,91	35,29	19,17	14,38	21,63	-0,73

Produto	Maracujá		Abacaxi		Tangerina		Manga		Abacate		Melancia	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	6,45	-5,84	4,33	-8,84	3,64	-1,09	3,04	0,66	5,97	-1,97	2,88	16,13%
MG	4,86	5,42	2,02	-14,04	4,27	5,17	2,64	23,36	5,94	-19,73	2,67	49,16%
PE	3,76	3,01	1,86	10,71	1,95	-7,14	1,87	11,31	5,73	-19,18	1,46	58,70%
RJ	4,39	-12,20	2,50	0,00	2,88	-1,37	2,39	-9,81	3,89	-45,52	1,80	0,00%
SP	3,89	-28,88	2,74	-8,05	4,44	29,45	3,03	-3,50	4,93	-20,48	2,50	42,05%

Produto	Banana		Mamão		Laranja		Limão		Maça		Uva	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	6,13	12,07	6,58	0,61	2,40	13,21	6,13	12,07	6,58	0,61	2,40	13,21
MG	3,02	-6,79	4,87	38,75	1,88	0,53	3,02	-6,79	4,87	38,75	1,88	0,53
PE	1,64	37,82	2,35	4,44	1,68	-1,75	1,64	37,82	2,35	4,44	1,68	-1,75
RJ	4,24	-2,53	5,35	44,20	2,13	8,67	4,24	-2,53	5,35	44,20	2,13	8,67
SP	2,91	-4,90	4,61	8,98	2,35	-0,42	2,91	-4,90	4,61	8,98	2,35	-0,42

Tabela 4 – Preços de mercado dos principais produtos da Sociobiodiversidade (R$/Kg) – Siagro – Fevereiro/22

Produto	Açaí		Praça	Cacau		Castanha do Brasil		Buriti	
Praças	Preço	Δ% mensal		Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
PA	3,75	10,29	PA	14,11	-0,14	5,49	13,43	SI	SI
AM	2,42	- 3,2	RO	11,98	-5,14	5,02	-2,52	SI	SI
RO	1,89	SI	BA	SI	SI	SI	SI	SI	SI
AP	1,51	10,65	AC	SI	SI	7,93	2,72	0,99	0,0
-	-	-	AM	SI	SI	6,39	2,73	1,53	206

Produto	Açaí		Cacau	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	SI	SI	SI	SI
MG	SI	SI	2,09	7,18
BA	1,31	1,31	3,88	18,49
PB	0,4	0,4	1,74	-1,69
SE	SI	SI	2,42	-8,5
RN	SI	SI	5,00	0,0

Fonte: Conab

Tabela 5 – Preços de mercado dos principais produtos semi-processados ou processados (R$/Kg) – Siagro – Fevereiro/22

Produto	Guaraná Tp 1		Guaraná Tp 2		Queijo (Coalho)		Azeite de babaçu	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
AM	22,5	0,0	SI	SI	30	0,0	SI	SI
BA	24,33	43,11	21,5	34,37	SI	SI	SI	SI
CE	SI	SI	SI	SI	SI	SI	25	0,0
MA	SI	SI	SI	SI	SI	SI	20	0,0
PI	SI	SI	SI	SI	SI	SI	15,38	0,0

Tabela 6 – Preços de mercado dos principais produtos cárneos (R$/Kg) – Siagro – Fevereiro/22

Produto	Carne Caprina		Frango	
Praças	Preço	Δ% mensal	Preço	Δ% mensal
DF	25	-15,25	10,0	-0,5
GO	SI	SI	4,9	-0,4
MG	SI	SI	4,7	0,0
PE	17,88	-1,49	6,42	9,18
AL	22,95	0,57	SI	SI
CE	14,74	-1,73	4,65	-1,06
RJ	SI	SI	SI	SI
SP	SI	SI	4,9	-0,4
PR	SI	SI	5,38	0,37
PA	SI	SI	5,64	-4,73

Introdução aos preços praticados pelo PAA modalidade CDS

Preços praticados pela modalidade compra com doação simultânea do PAA e divulgados pela Conab, têm objetivo de beneficiar aos produtores familiares. A Conab operacionaliza esses preços de forma diferenciada com base na Resolução do GGPAA nº 59 de 10/07/2013 – art 7º – incisos II e III da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde:

> "Art. 7º O preço de referência de aquisição dos alimentos será definido pela média de 3 (três) pesquisas de preços praticados no mercado atacadista local ou regional, apurados nos últimos 12 (doze) meses, devidamente documentadas e arquivadas na Unidade Executora por pelo menos 5 (cinco) anos."

As tabelas abaixo demonstram os preços praticados na modalidade compra com doação simultânea do PAA. Os preços são estabelecidos pelas Superintendências Regionais da Conab, dentro dos critérios da resolução acima.

Tabela 1 – Preços de mercado das principais Hortaliças – PAA - CDS

Produto	Alface	Tomate	Batata	Cebola	Cenoura
Praças	Preço	Preço	Preço	Preço	Preço
DF	5,20	3,49	1,68	2,36	2,15
PE	5,17	2,34	1,78	2,42	2,44
MG	4,35	2,26	1,78	2,68	1,53
RJ	2,29	3,86	1,29	SI	2,30
SP	1,97	4,38	2,79	2,45	2,14

Tabela 2 – Preços de mercado dos principais produtos básicos – PAA – CDS

Produto	Mandioca	Leite	Arroz	Feijão
Praças	Preço	Preço	Preço	Preço
DF	0,78	0,00	SI	5,17
PE	1,41	2,49	SI	4,27
MG	1,28	SI	4,20	6,38
RJ	1,69	2,27	3,57	0,41
SP	2,60	4,35	3,26	7,44

Tabela 3 – Preços de mercado das principais frutas – PAA - CDS

Produto	Alface	Tomate	Batata	Cebola
Praças	Preço	Preço	Preço	Preço
DF	3,44	4,19	3,81	2,67
MG	1,90	2,30	1,65	2,80
PE	1,68	1,41	1,57	2,79
RJ	2,50	0,00	1,76	2,82
RS	2,30	3,50	1,51	2,70
SP	2,40	2,98	1,64	3,27

A Avaliação do Resultado da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) no combate à pobreza

Juliana Martins Torres

RESUMO

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) tem como um dos seus objetivos a garantia de renda ao agricultor familiar extrativista mediante a concessão de subsídio para vendas abaixo do preço mínimo. Entre os beneficiários da política, existe um elevado percentual de pobreza e extrema pobreza, valor que chegou a 62% em 2019 utilizando os parâmetros do Programa Bolsa Família. Dessa forma, o estudo avaliou o resultado indireto da PGPM-Bio em elevar a renda dos produtores acima das linhas de pobreza e extrema pobreza. Verificou-se um resultado positivo da política no combate à pobreza, sendo que houve uma redução de 77% dos extrativistas que estavam em situação de extrema pobreza e um aumento de 47% dos que possuíam renda per capita superior a R$178,00. Contudo, apenas 29% dos produtores que tinham renda per capita declarada inferior a R$178,00 conseguiram superar essa linha de pobreza.

Palavras chave: Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); Agricultor familiar extrativista; Avaliação de Resultado; Combate à pobreza.

INTRODUÇÃO

A atividade extrativista gera impacto positivo na proteção ao meio ambiente, contribuindo com a redução do desmatamento e, assim, minimiza os efeitos das mudanças climáticas. Além disso, preserva a forma de organização social das populações que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (CONAB, 2020e). Entretanto, os baixos rendimentos oriundos do extrativismo podem levar as famílias a uma situação de vulnerabilidade e ao desestímulo ao exercício da atividade.

Souza (2018) assinala que o extrativismo necessariamente agrega o papel de comercialização e, portanto, é considerado um conjunto de sistemas de exploração de

produtos da floresta destinados ao mercado, seja ele local, regional, nacional ou mesmo internacional. Nessa perspectiva o extrativismo é tratado como uma atividade econômica, diferente de uma simples tarefa de coleta ou caça para o próprio consumo. Assim, várias cadeias produtivas têm em sua base de sustentação os produtores extrativistas, como no caso do babaçu, castanha-do-Brasil, mangaba, umbu, pinhão, açaí, cacau, piaçava, e tantos outros produtos vegetais não madeireiros.

Há, todavia, indícios que mercados para produtos extrativos apresentam falhas em seu funcionamento. Informação incompleta e bens públicos (ou quase públicos) são exemplos de falhas presentes nesse mercado. Para tais falhas de mercado, a literatura econômica justifica a existência de políticas públicas para a correção.

Em relação a todo esse contexto de política de preços mínimos, mercado de produtos da sociobiodiversidade, extrativismo e avaliação de políticas públicas, esta pesquisa avalia qual o resultado do subsídio concedido pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) na renda dos extrativistas e se esse é capaz de retirá-los da situação de pobreza. Como base da pesquisa, a primeira seção do artigo apresenta os conceitos de políticas públicas e pobreza. Já a segunda aborda critérios e procedimentos para avaliação de políticas públicas. A terceira seção apresenta os principais aspectos da PGPM-Bio. Finalmente, a quarta dedica-se a métodos e procedimentos para avaliação dessa política. Por fim, a quinta seção avalia o resultado PGPM-Bio no combate à pobreza no ano de 2019.

POLÍTICA PÚBLICA E POBREZA: ELOS CONCEITUAIS

Políticas públicas e pobreza são conceitos usualmente utilizados, e de certa forma compreendidos, de maneira distinta por leigos e por especialistas. No entanto, quando se busca uma conceituação formal desses termos, é possível encontrar uma infinidade de definições.

Entre as definições usuais de políticas públicas, destacam-se duas que melhor se adéquam a este estudo. Para Souza (2003), política pública seria o processo no qual governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. Já segundo Saravia (2007), uma política pública seria um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, de acordo com as estratégias dos diversos grupos que participam do processo decisório.

Dessas definições, sobressai-se o elemento da busca pela mudança de uma realidade social. Em 2015, as Nações Unidas se reuniram para decidir sobre novos caminhos que

permitissem a melhora na vida das pessoas em todos os lugares, definindo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para Agenda 2030. O objetivo número um é acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (NAÇÕES UNIDAS, 2020). Tradicionalmente a pobreza é definida como um baixo nível de renda. Não obstante, existe uma série de outros fatores que podem ser considerados para definir um indivíduo como pobre, como o não acesso a certos bens públicos essenciais.

Para reduzir a pobreza, é necessário ampliar sua conceituação e desenhar formas rigorosas para mensurá-la. Incluir dimensões adicionais de privação para mensurar a pobreza permite desenhar políticas mais eficazes para o seu combate (WORLD BANK, 2018). Sen (2010) vê a pobreza na perspectiva de privação de capacidades básicas, ou seja, das liberdades substantivas de levar o tipo de vida que se tem razão para valorizar. Para Haughton e Khandker (2009), pobreza é a privação de bem-estar que limita a capacidade do indivíduo de participar da sociedade. Pessoas pobres frequentemente estariam desprovidas de capacidades chaves, como uma renda adequada, educação, saúde, poder e liberdade política.

Já no estudo de Narayan et al. (2000), são colhidas definições de pobreza dos próprios pobres. Essa definição revela a importância dos aspectos psicológicos da pobreza, como a vergonha, estigma e humilhação que a condição traz. São citadas a falta de voz, de poder e de independência, que levam à exploração. Também é mencionada a falta de acesso a estradas, transporte, água potável, eletricidade, roupa adequada, saúde, educação e saneamento, ausências que são agravadas no meio rural.

Para mensurar a pobreza, o estudo do World Bank (2018) introduz uma medida multidimensional que inclui consumo, educação e infraestrutura básica. Ao utilizar essa metodologia, o nível de pobreza mundial aumenta em 50% em comparação a quando é utilizada apenas fatores monetários. Além disso, o estudo explora como a desigualdade dentro de uma família, por exemplo, a diferença entre homens e mulheres, pode afetar o perfil global da pobreza e que as políticas não cheguem aos pobres em domicílios não classificados como pobres.

O IBGE (2019), ao calcular a pobreza monetária, verificou que 25,3% da população brasileira viviam nessa condição em 2018, nos padrões do World Bank, que considera pobre, nos países de rendimento médio-alto como o Brasil, a população com rendimentos inferiores a US$ 5,50 PPC por dia. Ao analisar fatores não monetários, o estudo apontou que, no mesmo ano, 27,6% dos brasileiros possuíam restrição à educação, 3,1% à proteção social, 12,8% às condições de moradia, 37,2% aos serviços de saneamento básico e 20,1% à Internet. Outra constatação do IBGE (2017) é que a

incidência da pobreza monetária, em 2016, era maior nos domicílios do interior dos Estados do que nas capitais. Isso está alinhado com a realidade global, pois, segundo as Nações Unidas (2017 apud IBGE, 2017), a pobreza está 80% concentrada em áreas rurais.

Nesse cenário, percebe-se o desafio do Brasil para atingir o objetivo estabelecido na Agenda 2030 de erradicação da pobreza está intimamente correlacionado com a necessidade de implementação de políticas públicas que colaborem com o alcance desse fim.

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas visam, como já destacado, a atingir resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. Para verificar se elas de fato conseguem atingir seus objetivos, é fundamental a realização do processo de avaliação tanto antes quanto após sua implementação. Um ponto central da avaliação é promover maior efetividade dos recursos públicos, por meio de exclusão de gastos ineficientes ou pouco produtivos, para que a população tenha acesso a serviços de qualidade. Dessa forma, pode-se fazer mais com os mesmos recursos e permite-se a alocação de recursos baseada em evidências (BRASIL, 2018b).

Para isso, as avaliações devem ser executadas em caráter permanente e integrada ao ciclo de políticas públicas (BRASIL, 2018b). No início desse ciclo, ela deve ser realizada por meio da análise ex ante, para verificar se a política responde a um problema bem delimitado e pertinente. Observa-se se há um objetivo claro de atuação do Estado e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado. Assim, minimiza-se a detecção posterior de erros de formulação que poderiam ter sido previstos e mitigados (BRASIL, 2018a). Já as avaliações ex post visam mensurar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. Os resultados do processo de avaliação permitem o aprimoramento, reforma ou revogação de uma política (WU et al., 2014).

Existem diversas categorias de avaliação ex post, mas, em geral, essas buscam responder três grupos de questões. Perguntas descritivas para saber o que está ocorrendo, que se concentram nos processos, condições, relações organizacionais e pontos de vista das partes interessadas. Perguntas normativas, que fazem o paralelo do que está ocorrendo ao que deveria ocorrer, avaliando atividades e se as metas estão sendo alcançadas ou não. Por fim, perguntas de causa e efeito, que se concentram na

atribuição, questionando a diferença que a intervenção exerce nos resultados (IMAS E RIST, 2009 apud GERTLER, 2018).

Nesse último grupo, enquadram-se as avaliações de resultado (outcomes) e impactos (impacts). As avaliações de impacto buscam medir mudanças de longo prazo promovidas sobre o aspecto ou a perspectiva futura de seus beneficiários ou grupo que se inserem. O foco é medir as mudanças diretamente atribuíveis à intervenção estatal. Para isso, é necessário conseguir isolar o resultado que é devido à política sob análise daquilo que é consequência de eventos simultâneos (BRASIL, 2018b).

Esse isolamento é feito mediante um contrafactual, ou seja, o resultado que os beneficiários da política teriam alcançado na ausência dessa. O contrafactual em si não pode ser observado, sendo estimado por meio de um grupo de comparação que seja estatisticamente idêntico, em média, ao grupo de tratamento na ausência do programa (GERTLER, 2018).

Já as avaliações de resultado estudam de forma exploratória os indicadores de resultados e impactos esperados com a política no curto prazo decorrentes diretamente da intervenção. Ela baseia-se na observação dos indicadores quantitativos, ou no uso de metodologias quantitativas exploratórias, e no levantamento de percepção dos resultados da política, segundo os seus usuários finais (BRASIL, 2018b).

Para medir os resultados, utilizam-se indicadores de resultados por meio do modelo lógico, ferramenta que exibe de forma sistemática a racionalidade da estrutura da intervenção em andamento e que é apoio tanto para avaliações ex ante quanto às avaliações ex post. Existem diversas formas de montar um modelo lógico, o apresentado pelo Guia Prático de Análise ex post da Presidência da República (BRASIL, 2018b) o divide em cinco componentes – insumos, processos, produtos, resultados e impactos – e exibe a lógica causal entre eles, explicitando os mecanismos por meio dos quais visa-se a obter os resultados e impactos indicados a curto, médio e longo prazos, como apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Componentes do modelo lógico

Fonte: BRASIL, 2018b

A partir do modelo lógico é possível testar a consistência do encadeamento lógico desses componentes, orientando e identificando fragilidades na execução da intervenção com foco nos resultados e impactos pretendidos. Na avaliação ex post, a ferramenta permite comparar o que era esperado da política com o que se realizou até o momento atual a partir de indicadores vinculados a cada um dos componentes (BRASIL, 2018b). Para este estudo, será realizada uma avaliação de resultado, tendo em vista que os dados secundários disponíveis não possuem informações de um grupo de controle que permita a criação de uma situação contrafactual para uma avaliação de impacto.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PARA PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE (PGPM-Bio)

A atividade agrícola é uma atividade de risco por depender fortemente de recursos naturais e de processos biológicos, além de ser influenciada por fenômenos econômicos. Os agricultores podem ter fortes prejuízos financeiros com uma seca inesperada, uma geada forte, uma quebra de safra ou uma baixa repentina nos preços (EMBRAPA, 2018). Dessa forma, governo atua nessa atividade com políticas públicas que visam estabilizar as oscilações desse mercado. Nesse contexto, surgiu a Política de Garantia de Preços Mínimo (PGPM) em 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

O governo federal utiliza a PGPM para mitigar fatores que impactam o preço dos produtos e dos insumos agrícolas e consequentemente afetam a renda do produtor, como condições climáticas de cada região, períodos de safra e entressafra, ataque de pragas e doenças, dentre outros (BRASIL, 2020). Dessa forma, a PGPM tem o objetivo de diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração

mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional (CONAB, 2020d). De acordo com o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, os preços mínimos básicos serão definidos levando em conta os diversos fatores que influem nas cotações dos mercados, interno e externo, e os custos de produção (BRASIL, 1966).

Em 2008, a Lei nº 11.775/2008 alterou a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992. A nova regulação dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, possibilitando o pagamento direto de subvenção a produtos de origem extrativa, comercializados por agricultores familiares, viabilizando uma equalização de preços quando a comercialização ocorrer com valor inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal (BRASIL, 2008). A partir dessa alteração legislativa, nota-se uma inovação na PGPM que até então, era focada em diminuir oscilações na renda dos grandes produtores. Essa mudança surge em um contexto de políticas voltadas à Agricultura Familiar com referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Em 2009, a Conab inicia os pagamentos de subvenção da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) no lançamento do Plano Nacional de Promoção das Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade. Para esse plano, consideram-se produtos da sociobiodiversidade aqueles:

> bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009).

Diniz e Cerdan (2017) ainda abordam o conceito de cadeia produtiva da sociobiodiversidade como sendo um sistema integrado e harmônico composto por atores independentes e por uma sucessão de processos. Nesse sistema, povos e comunidades tradicionais além de simplesmente comercializar e consumir produtos da sociobiodiversidade também se expressam culturalmente incorporando valores e saberes locais.

Sociobiodiversidade é, portanto, a introdução do homem no conceito de biodiversidade, que segundo Nogueira et al (2005), envolve:

> (a) totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos, e seus componentes, tendo um potencial de uso econômico significativo, sendo base para atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais, bem como para a indústria de biotecnologia (NOGUEIRA, SALGADO e NASCIMENTO JUNIOR, 2005, p. 4).

Diniz e Cerdan (2017) ainda abordam o conceito de cadeia produtiva da sociobiodiversidade como sendo um sistema integrado e harmônico composto por atores independentes e por uma sucessão de processos. Nesse sistema, povos e comunidades tradicionais além de simplesmente comercializar e consumir produtos da sociobiodiversidade também se expressam culturalmente incorporando valores e saberes locais.

Sociobiodiversidade é, portanto, a introdução do homem no conceito de biodiversidade, que segundo Nogueira et al (2005), envolve: “a totalidade dos recursos vivos, ou biológicos, e dos recursos genéticos, e seus componentes, tendo um potencial de uso econômico significativo, sendo base para atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais, bem como para a indústria de biotecnologia”. (NOGUEIRA, SALGADO e NASCIMENTO JUNIOR, 2005, p. 4)

Diegues et al (2000) afirmam, ainda, que sociobiodiversidade não pertence apenas ao mundo natural, mas também ao cultural e social. Portanto, as espécies são objeto de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria para as sociedades modernas. Fica evidente, portanto, que o objetivo da PGPM-Bio vai além de garantir renda às populações que possuem formas próprias de organização social, mas também fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento e, consequentemente, minimizar os efeitos das mudanças climáticas (CONAB, 2020e).

Segundo o estudo de Souza (2018), a PGPM-Bio incentiva o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas ao meio ambiente e contribui para o desenvolvimento sustentável de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Como consequência há um desestímulo ao êxodo rural. Povos e comunidades tradicionais podem continuar no campo, onde se reconhecem e possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No estudo de Arnold (1994), é enfatizada a importância do extrativismo na economia rural dos países em desenvolvimento. Ele argumenta que muitos agricultores complementam suas rendas por meio da coleta e comercialização de produtos, como alimentos florestais, medicamentos, plantas e lenha. A renda dessas atividades tende a ser particularmente importantes durante períodos de queda dos preços agrícola, secas ou outras emergências.

O fácil acesso aos produtos da floresta torna atividade atrativa aos mais pobres, especialmente mulheres, que utilizam os produtos tanto para venda como para as necessidades de alimentação e medicação da família. No entanto, algumas das atividades mais simples fornecem muito baixo retorno para o trabalho, e pode, portanto, contribuir apenas na subsistência de curta duração (ARNOLD, 1994).

Nesse cenário, a PGPM-Bio busca garantir que o agricultor familiar recebe na venda de seu produto o mínimo para cobrir seu custo de produção, que é composto majoritariamente pela remuneração da mão-de-obra nos produtos extrativistas (CONAB, 2020b). Entre o período de 2009 a 2019, a PGPM-Bio já subvencionou mais de R$ 65 milhões para milhares de extrativistas em todo país permitindo o aumento da renda e contribuindo para o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais (CONAB, 2020a).

A partir dessa narrativa, nota-se a relevância do estudo da PGPM-Bio, que em 2019 completou 10 anos de operação. Ela tem potencial de contribuir no ODS erradicação da pobreza, ao transferir renda aos extrativistas, e no ODS que busca tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

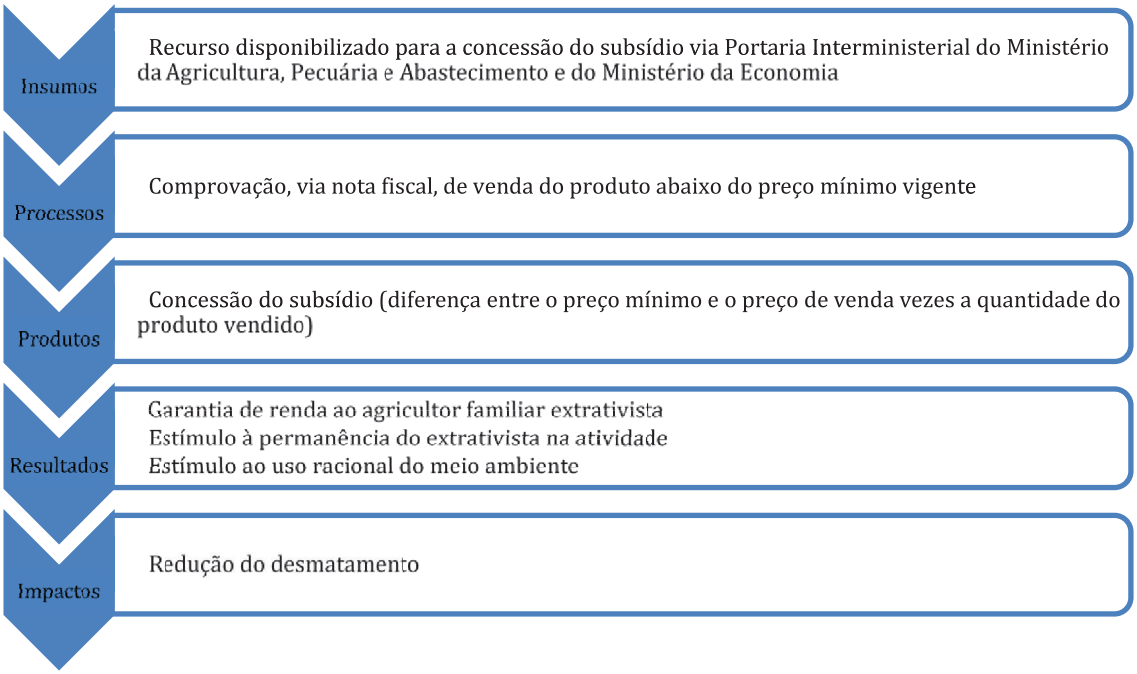
O modelo lógico apresentado na seção 2 é uma ferramenta útil para a avaliação de políticas públicas permitindo a visualização dos objetivos esperados e os passos para atingi-los, relacionando indicadores para cada um desses passos. Para construir o modelo da PGPM-Bio, partimos de sua finalidade: “proporcionar, por meio de subvenção econômica, o pagamento de um bônus ao produtor extrativista, que comprovar a venda de produto extrativo, por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal,

fomentando, assim, a proteção ao meio ambiente por meio de seu uso racional" (CONAB, 2020c, p. 1).

Fica evidente que o objetivo de longo prazo da política é promover a proteção ambiental, mitigando o problema do desmatamento, sendo o subsídio concedido aos agricultores familiares extrativistas o meio para alcançá-lo. A partir do Manual de Operações da Política (CONAB, 2020c) e dos demais documentos estudados, podemos montar o seguinte modelo lógico apresentado na Figura 2.

Nota-se que no modelo lógico apresentado não se tem como resultado esperado o objeto desta pesquisa: a política como instrumento eficaz para a redução da pobreza. De fato, a PGPM-Bio não foi desenhada com esse intuito, sendo que seu público-alvo não está restrito a produtores que tenham renda até determinado valor. Contudo, ao analisar o perfil de renda declarada pelos produtores que participaram da política em 2019 (Tabela 1), nota-se que 28% estavam em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R$ 89,00) e 34% em situação de pobreza (renda mensal por pessoa entre R$89,01 até R$ 178,00 por pessoa) pelos critérios do Programa Bolsa Família (PBF).

Figura 2 - Modelo Lógico da PGPM-Bio



Fonte: Elaboração própria com base no Manual de Operações (CONAB, 2020c)

Tabela 1 - Nível de renda declarada pelos extrativistas participantes da PGPM-Bio em 2019

Nível de renda[6]	Nº de extrativistas	%
Situação de extrema pobreza (renda per capita de até R$89,00)	2.608	28%
Situação de pobreza (Renda per capita entre R$89,01 até R$ 178,00)	3.192	34%
Renda per capita superior a R$ 178,00	3.525	38%
Total Geral	**9.325**	**100%**

Fonte: Sican e DAP (elaboração própria)

A partir desse elevado percentual de beneficiários vivendo em situação de extrema pobreza ou de pobreza, este estudo verifica se o resultado "garantia de renda ao agricultor familiar extrativista" seria capaz elevar a renda dos produtores acima das linhas de pobreza e extrema pobreza do Bolsa Família. Esse seria então um resultado indireto da política, gerado a partir do resultado direto de garantia de renda. Segundo Cotta (1998), os resultados indiretos são aqueles não previstos nos objetivos da política, podendo ser tanto positivos quanto negativos. Resultados indiretos, de acordo com Almeida (2018), podem surgir a partir dos objetivos e a partir dos resultados diretos.

Entre as diversas linhas de pobreza existentes, a linha definida pelo PBF foi escolhida pela relevância do programa de transferência de renda no combate à pobreza no Brasil e pelo fato de seus valores já estarem na moeda local. O indicador utilizado para medir esse resultado será o percentual de extrativistas que se encontravam com a renda per capita inferior a R$178,00, ou seja, engloba tanto os em condição de pobreza quanto os em extrema pobreza, e conseguiram superar essa faixa de renda após a adição da subvenção, equação 1. O cálculo da renda per capita após a subvenção está expresso na equação 2, a renda familiar declarada no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público do PAA, Cooperativas, Associações e Demais Agentes (Sican) foi somada ao valor do subsídio anual recebido, obtido no Sistema de Subvenção da Sociobiodiversidade (Sisbio), o qual foi dividido pelo número de meses do ano. Em seguida, a soma foi dividida pela média estadual de número de pessoas por família informado na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

6 O nível de renda individual foi obtido a partir da renda familiar declarada pelos produtores no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público do PAA, Cooperativas, Associações e Demais Agentes (Sican) da Conab, dividido média estadual de número de pessoas por família informado na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Equação 1 – Indicador de superação da condição de pobreza

$$\text{Indicador} = \frac{\begin{matrix} n^{o}de extrativista com renda \\ inferior à R\$178{,}00 antes da subvenção - n^{o}de extrativista com renda \\ inferior à R\$178{,}00 após da subvenção \end{matrix}}{n^{o}de extrativista com renda inferior à R\$178{,}00 antes da subvenção} * 100$$

Fonte: elaboração própria

Equação 2 – Renda após a subvenção

Renda *per capita* após a subvenção

$$\frac{Renda familiar declarada no Sican + \frac{Valor subvenção recebido em 2019}{12 meses}}{n^{o} médio estadual de pessoas por família da DAP}$$

Fonte: elaboração própria

Cabe destacar algumas limitações nos dados disponíveis que podem afetar os resultados encontrados. Teve-se acesso apenas à renda familiar dos participantes declaradas no Sican, sem possuir o número exato de membros nessas famílias. Para contornar essa situação, dividiu-se essa informação pela média estadual de número de pessoas por família informado na DAP. O valor do subsídio recebido também foi dividido por essa média, tendo em vista que, nos dados analisados, havia apenas um CPF vinculado a cada DAP, então foi feita a divisão para fim do cálculo da renda per capita pós subvenção.

Outra limitação é o fato de a renda familiar ser declaratória, podendo não representar a realidade ao ser preenchida incorretamente ou estar desatualizada. Além disso, só se tem a informação da última atualização da renda familiar informada pelo produtor no Sican, o que impede de calcular o resultado em vários anos, pois os beneficiários podem ter participado mais de uma vez e atualizado o dado ao longo dos anos. Dessa forma, será analisado somente o ano de 2019, tomando como premissa que o valor renda disponível no cadastro seria o do último ano de participação

A PGPM-Bio no combate à pobreza: avaliação

No ano de 2019, 9.325 agricultores familiares extrativistas, 68% desses mulheres, participaram da PGPM-Bio, sendo dispendidos pouco menos de R$ 19 milhões em subvenções. Houve a execução da política em treze estados brasileiros, sendo que o maior número de participantes e de pagamentos de subvenção foram nos estados do Maranhão, Minas Gerais e Paraíba, conforme apresentado na Tabela 2. Por produto, a maioria dos extrativistas coletaram babaçu, 53,31%, 18,5% coletaram pequi e 10,06% pinhão (Tabela 3).

Tabela *1* - Participação da PGPM-BIO por Unidade da Federação em 2019

UF	Nº de Extrativistas	%	Soma de Valor da Subvenção (R$)	%
MA	4.865	52,17%	R$ 8.635.728,61	46,02%
MG	2.585	27,72%	R$ 7.173.968,76	38,23%
PB	730	7,83%	R$ 1.200.951,18	6,40%
AC	366	3,92%	R$ 506.647,81	2,70%
PA	235	2,52%	R$ 423.434,89	2,26%
AP	119	1,28%	R$170.332,34	0,91%
CE	117	1,25%	R$ 102.918,77	0,55%
PI	106	1,14%	R$ 87.215,24	0,46%
AM	86	0,92%	R$116.295,23	0,62%
MT	58	0,62%	R$ 185.734,09	0,99%
SC	34	0,36%	R$ 120.695,00	0,64%
RO	22	0,24%	R$ 34.684,22	0,18%
SP	2	0,02%	R$ 8.000,00	0,04%
Total Geral	**9.325**	**100,00%**	**R$ 18.766.606,14**	**100,00%**

Fonte: Sisbio (elaboração própria)

Tabela 2 - Número de extrativistas atendido pela PGPM-BIO em 2019 por produto

Produto	Nº de extrativistas	%
Babaçu (Amêndoa)	4.971	53,31%
Pequi	1.725	18,50%
Pinhão (fruto)	938	10,06%
Mangaba (fruto)	661	7,09%
Borracha Natural Extrativista (Cernambi)	561	6,02%
Açai (fruto)	313	3,36%
Umbú	251	2,69%
Macaúba (fruto)	69	0,74%
Cacau Extrativista (amêndoa)	14	0,15%
Andiroba (amêndoa)	8	0,09%
Juçara (fruto)	1	0,01%
Total	**9.325**	**100,00%**

Fonte: Sisbio (elaboração própria)

Como dito na seção anterior, pela renda familiar declarada no Sican, a maioria dos beneficiários da política em 2019 estava em situação de pobreza ou extrema pobreza pelos critérios do PBF, sendo que 28% estavam em situação de extrema pobreza e 34% em situação de pobreza. Além disso, 44% dos beneficiários indicaram no Sican que participam do PBF.

Indo além dos critérios de pobreza monetária, podemos analisar fatores de restrições de acesso em múltiplas dimensões que afetam a vida desses participantes. Segundo o critério utilizado pelo IBGE (2019), considera-se que pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo possuem restrição à educação. Pelos dados declarados no Sican, 11,67% dos participantes da PGPM-Bio em 2019 não eram alfabetizados e 55,59% possuíam nível fundamental incompleto, conforme apresentado na Tabela 4. Ou seja, 67,26% dos extrativistas atendidos pela política possuíam restrição relacionada à falta de acesso ao conhecimento.

Outra restrição medida pelo IBGE (2019) é o acesso à internet, o qual verifica se a pessoa possui internet no seu domicílio. Essa informação não está disponível no Sican, mas podemos usar como referência se o cadastro, que é online, foi realizado pelo próprio extrativista ou se foi feito por sua cooperativa, associação ou pela Conab, conforme demonstrado na Tabela 5. Ao analisar os dados tem-se que 58% dos cadastros são realizados pelos próprios produtores, 33% foram realizados pela Conab e 9% pelas cooperativas/associações. Dessa forma, há o indicativo que 42% dos participantes possuem restrição de acesso à internet.

A partir desses dados, percebe-se que os beneficiários da PGPM-Bio possuem tanto características de pobreza monetário quanto não monetária. Entretanto, para este trabalho, será enfatizado o resultado da PGPM-Bio na pobreza monetária.

Tabela 3 - Nível de escolaridade do extrativistas beneficiados pela PGPM-Bio em 2019

Escolaridade	Nº de extrativistas	%
Não alfabetizado	1.088	11,67%
Nível fundamental incompleto (1º grau)	5.184	55,59%
Nível fundamental completo (1º grau)	1.420	15,23%
Nível médio incompleto (2º grau)	564	6,05%
Nível médio completo (2º grau)	978	10,49%
Nível superior incompleto	33	0,35%
Nível superior completo	54	0,58%
Pós-graduação	4	0,04%
Total Geral	**9.325**	**100,00%**

Fonte: Sican (elaboração própria)

Tabela 4 - Forma de cadastrados no Sican dos extrativistas atendidos pela PGPM-Bio em 2019

Cadastrado por	Nº de Extrativistas	%
Cooperativa/Associação	834	9%
Conab	3.099	33%
Próprio	5.392	58%
Total Geral	**9.325**	**100%**

Fonte: Sican (elaboração própria)

Entre os beneficiários que se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, possuíam renda per capita inferior a R$ 89,00, após a adição da subvenção em 2019,

23% permaneceram nessa situação, 76% passaram para situação de pobreza e 1% superou a situação a pobreza (Tabela 6). Ou seja, apesar de apenas 1% ter conseguido superar a situação de pobreza, um percentual relevante conseguiu sair da situação de extrema pobreza. Já entre os beneficiários que se encontravam em situação de pobreza, renda per capita entre R$89,01 até R$ 178,00, 48% permaneceram nessa condição e 52% a superaram (Tabela 7).

Tabela 5 - Nível de renda dos extrativistas que se encontravam em situação de extrema pobreza após a adição da subvenção

Nível de renda	Nº de extrativistas	%
Situação de extrema pobreza (renda *per capita* de até R$89,00)	608	23%
Situação de pobreza (renda *per capita* entre R$89,01 até R$ 178,00)	1.974	76%
Renda *per capita* superior a R$ 178,00	26	1%
Total Geral	**2.608**	**100%**

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Sican e do Sisbio

Tabela 6 - Nível de renda dos extrativistas que se encontravam em situação de pobreza após a adição da subvenção

Nível de renda	Nº de extrativistas	%
Situação de pobreza (renda per capita entre R$89,01 até R$ 178,00)	1.544	48%
Renda *per capita* superior a R$ 178,00	1.648	52%
Total Geral	**3.192**	**100%**

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Sican e do Sisbio

A Tabela 8 mostra a comparação entre a situação de pobreza monetária dos beneficiários antes e após participação na PGPM-Bio. Com a concessão da subvenção houve uma queda de 77% dos participantes que se encontravam na condição de extrema pobreza e um aumento de 10% dos na condição de pobreza, aumento proveniente dos extrativistas que transitaram da situação de extrema pobreza para a de pobreza. Além disso, houve um aumento de 47% dos extrativistas com renda per capita superior a R$178,00. Nesse novo cenário, 56% dos extrativistas estariam classificados como não pobre no critério do PBF, contra 38% no cenário original.

Tabela 7 - Condição de pobreza após a concessão da subvenção da PGPM-BIO

Nível de renda	Nº de extrativistas antes da subvenção	%	Nº de extrativistas após a subvenção	%	Δ%
Situação de extrema pobreza (renda per capita de até R$89,00)	2.608	28%	608	6,5%	-77%
Situação de pobreza (renda per capita entre R$89,01 até R$ 178,00)	3.192	34%	3.518	37,7%	10%
Renda per capita superior a R$ 178,00	3.525	38%	5.199	55,8%	47%
Total Geral	**9.325**	**100%**	**9.325**	**100%**	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Sican e do Sisbio

Dos 5.800 dos participantes que se encontravam com renda per capita de até R$178,00 antes da subvenção, 4.126 desses permaneceram nessa condição após a adição da

subvenção. Utilizando equação 1, temos que a garantia de renda ao agricultor familiar extrativista teve como efeito indireto a elevação da renda dos produtores acima da linha de pobreza em 29% dos casos. Apesar desse percentual não indicar a superação da condição de pobreza pela maioria dos extrativistas que se encontravam em situação de pobreza e extrema pobreza, não se pode desprezar a relevância da mudança de patamar dos produtores que se encontravam na situação de extrema pobreza, sendo que 77% saíram dessa situação após a adição do subsídio, e o aumento de 47% do grupo de produtores com renda per capita superior à linha de pobreza.

CONCLUSÃO

Políticas públicas visam a concretizar mudanças desejadas pela sociedade e a erradicação da pobreza em todas as suas formas é o objetivo número um de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. A PGPM-Bio não tem como objetivo direto reduzir os níveis de pobreza entre seus beneficiários. Não obstante, ao garantir renda a um público com altos percentuais de pobreza monetária e indicativos de pobreza não monetária, como baixo acesso ao conhecimento e à internet, tem o efeito indireto de combate à pobreza.

O resultado obtido a partir da avaliação da política no combate à pobreza foi de que, no ano de 2019, a PGPM-Bio obteve um resultado positivo no combate à pobreza entre os extrativistas, sendo que houve uma redução de 77% dos extrativistas que estavam em situação de extrema pobreza e um aumento de 47% dos que possuíam renda per capita superior a R$178,00. Contudo, apenas 29% dos produtores que tinham renda per capita declarada inferior a R$178,00 conseguiram superar essa linha de pobreza. Ou seja, a política não foi suficiente por si só para superação da condição de pobreza sob a perspectiva financeira na maioria do público que se encontrava nessa situação ou abaixo dela e, nessa perspectiva, não haveria o estímulo desses permanecerem na atividade. Dessa forma, caso seja intenção do governo a manutenção da atividade extrativista, tendo como premissa que essa contribui com a redução do desmatamento, faz-se necessária uma revisão da política a fim de verificar se custo de mão de obra utilizado para calcular o preço mínimo está adequado, o que pode ser objeto de futuras pesquisas.

Outro ponto é que a política não atua nos aspectos de pobreza não monetária e fatores como a baixa escolaridade e falta de acesso à internet podem ser limitantes à participação na política. Na avaliação realizada por Souza (2018), é apontado que a falta de acesso à informação e habilidade com processos burocráticos exclui grande parte

dos beneficiários que tem direito a subvenção. O autor, ao analisar os dados de 2009 a 2017, constatou que a baixa abrangência da PGPM-Bio, sendo que o número de produtores que participaram da política ficou abaixo de 10% do número que poderia acessá-la em todos os anos analisados. Sendo assim, faz-se necessário o aumento da cobertura da política, sendo que esse pode ser atingido com a ampliação de ações de divulgação e orientação junto ao seu público-alvo.

Outra recomendação, a partir desta pesquisa, é da necessidade de atuação do governo com outras políticas que enfoquem em levar educação e acesso à internet a essas comunidades. Com a melhoria nessas restrições os agricultores familiares extrativistas podem melhorar seus processos de produção e comercialização aumentando seus rendimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Liliane de. **Método para Identificação de Resultados e Impactos Indiretos de Projetos Tecnológicos.** Orientador: Carlos Fernando Jung. 2018. Teses (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

ARNOLD, J.E.M. 1994. **Nonfarm Employment In Small-Scale Forest-Based Enterprises: Policy And Environmental Issues**. The Environmental and Natural Resources Policy and Training Project - EPAT. Madison: University of Wisconsin-Madison, 1994, nº 11.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília: Ipea, 2018, v. 1.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República *et al.* **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018, 2v.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966.** Institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produto agropecuários e adota outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0079.htm#:~:text=Institui%20normas%20para%20a%20fixa%C3%A7%C3%A3o,lhe%20s%C3%A3o%20conferiras%20pelo%20art>. Acessado em: 08/08/2020.

BRASIL. **Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008**. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nos 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei no 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008].

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11775.htm#:~:text=Institui%20medidas%20de%20est%C3%ADmulo%20%C3%A0,de%2027%20de%20setembro%20de>. Acessado em: 06 de set. 2020.

BRASIL. Ministério Da Economia. **Apoio à comercialização agrícola.** Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/apoio-a-comercializacao-agricola>. Acessado em: 06 de set. 2020.

BRASIL. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministro de Estado do Meio Ambiente. **Portaria Interministerial nº 239 de 21 de julho de 2009.** Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências. Brasília, 21 de jul. 2009.

CONAB. **Compêndio de Estudos Conab: Sociobiodiversidade Interação do Homem, Mercado e Natureza.** Brasília: Conab, 2020a, v.25.

CONAB. **Custos Sociobiodiversidade - Extrativismo - Agosto/2019.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao/planilhas-de-custo-de-producao/item/download/32146_ebf793cc2db1926569d680ce7a958351>. Acessado em: 09 de set. 2020b.

CONAB. **Manual de Operações (MOC): Título 35 – Subvenção direta ao produtor extrativista (SDPE).** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/moc/35_SUBVENCAO_DIRETA_AO_PRODUTOR_EXTRATIVISTA_SDPE.pdf >. Acessado em: 20 de set. 2020c.

CONAB. **Preços Mínimos.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>. Acessado em: 06 de set. 2020d.

CONAB. **Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em: 06 de set. 2020e.

COTTA, Tereza. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto.** Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, p. 103–124, abr./jun. 1998.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. S., SILVA, V. C., FIGOLS, F. A., & ANDRADE, D. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente, NUPAUB-Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras da Universidade de São Paulo. 2000.

DINIZ, J.D.A.S.; CERDAN, C. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 259-280.

EMBRAPA. **VISÃO 2030. O Futuro da Agricultura Brasileira.** Brasília: 2018.

GERTLER, P. J. et al. **Avaliação de Impacto na Prática.** 2. ed. Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: Grisa, C.; Schneider, S. (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2015.

HAUGHTON, Jonathan.; KHANDKER, Shahidur. R. Handbook on poverty and inequality. Washington, DC: World Bank, 2009. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11985/9780821376133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 de ago. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JAMES, CATHY. **Theory of Change Review: A Report Commissioned by Comic Relief**. London: Comic Relief, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

NARAYAN, NARAYAN; PATEL, RAJ; SCHAFFT, KAI; RADEMACHER, ANNE; KOCH-SCHULTE. **Voices of the poor: can anyone hear us?** New York: Oxford University Press, 2000.

NOGUEIRA, J. M.; SALGADO, G.; e NASCIMENTO JUNIOR, A. **Plano de Negócios, unidades de conservação e diversidade biológica: lógica empresarial como alternativa de gestão ambiental?** VIII Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. EBAPE/FGV. 2005.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Saravia, Enrique; Ferrarezi, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas; coletânea.** Brasília: ENAP, 2006. Cap. 1, p. 19-42.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa.** CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Ênio. **Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade: Avaliação econômica de uma política pública.** Orientador: Jorge Madeira Nogueira. 2018. 64 p. Tese (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília. 2018.

WORLD BANK. **Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle - Overview.** Washington DC: The World Bank, 2018.

WU, Xun; RAMESH, M., HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Avaliação de Políticas Públicas. In: WU, Xun; RAMESH, M., HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos.** Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014. Cap. 6, p. 117-137.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO (PROVB)

Ana Rita L. F. Freddo

1.1. Introdução

O ProVB, iniciado durante a década de 1990, tem sido ferramenta importante no que concerne ao escoamento da produção e ao atendimento às necessidades de pequenos criadores e agroindústrias (CONAB, 2012).

Um dos seus objetivos é o de viabilizar o acesso dos criadores rurais de pequeno porte aos estoques de produtos agrícolas sob gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de vendas diretas, a preços compatíveis com os do mercado atacadista local (CONAB).

A venda dos estoques públicos ocorre via leilão público ou diretamente ao produtor, conforme as instruções contidas nas Portarias n° 182/1994 e n° 38/2004, sendo o instrumento, no qual ocorre a comercialização direta dos produtos, conhecido como Programa de Vendas em Balcão – ProVB (SOUZA E MEDEIROS, 2020).

No que se refere às suas dimensões, o programa tem abrangência nacional, cuja venda direta de produtos dos estoques públicos é destinada aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, atualmente limitado a 14 toneladas/mês para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas/mês para as regiões Sul e Sudeste (SILVA, 2020), sendo o milho em grãos, que é utilizado como insumo na produção de proteína animal por pequenos criadores e agroindústrias, o principal produto ofertado no ProVB (SOUZA E MEDEIROS, 2020).

O ProVB constitui-se em um canal de apelo social para o escoamento e a venda dos estoques públicos, propiciando a “democratização do processo de comercialização de produtos do Governo Federal” (CONAB). Partindo dessa premissa, em uma perspectiva de valorização de direitos, o propósito deste trabalho é fazer uma breve discussão a respeito da participação das mulheres rurais no ProVB.

Para tanto, pretende-se verificar se o público feminino, cadastrado junto ao programa, está tendo acesso aos estoques públicos e com que frequência isso está acontecendo

e se, de fato, esse instrumento estabelece condições de igualdade e oportunidades entre os gêneros.

Quanto a metodologia, o trabalho está dividido em três partes, na primeira e segunda discorrer-se-ão sobre a questão de gênero[7] e os dados do Censo Agropecuário de 2017. Já na terceira e última, analisar-se-ão os dados extraídos do Sistema de Extração de Dados Venda Balcão (EDVB). O lócus de investigação abrangerá os estados e as regiões brasileiras e o recorte temporal, o ano de 2021.

1.2. Breve contextualização sobre a temática relativa à focalização de políticas públicas no que se refere à questão de gênero

Cielo et al. (2014), citando Bruschini (2007), menciona que

> *[...] a partir da década de 1970, com os movimentos feministas, as reivindicações pelo reconhecimento do papel e do espaço que a mulher ocupava na sociedade ficaram mais constantes, propiciando maior participação das mulheres nos distintos espaços públicos.*

De acordo com Tonial (2013),

> *[...] a partir do ano de 2000, surgem políticas públicas específicas para atender às demandas das mulheres rurais, visando à redução das desigualdades de gênero e o apoio na construção da autonomia econômica, social e política.*

Para Teixeira & Góis (2019), a concepção da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, criada em 2003, "definiu um novo cenário institucional para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero no país".

[7] Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. A categoria de gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológica das desigualdades sócio culturalmente construídas e procurou mudar a atenção de um olhar para as mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações inter-pessoais e sociais através das quais elas são mutualmente constituídas como categoria sociais desiguais.

Bandeira (2005) descreve que as políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero.

> *[...] políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva (BANDEIRA, 2005, p. 8)*
> *[...] Já as política públicas para mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos; ao contrário, a centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que e a reprodução e sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, numa política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde e outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento*[8] *e autonomia (BANDEIRA, 2005, p. 8-9)*

Para Bandeira (2005), políticas públicas de gênero

> *[...] implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e da negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito.*

Bandeira (2005) menciona ainda que

> *[...] as políticas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontual, de menor abrangência, atendendo as demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino.*
> *[...] em longo prazo as políticas para a mulheres devem se transformar em política de gênero. A consolidação de uma perspectiva relacional e crítica pode vir a fundamentar a formulação de políticas públicas de gênero.*

[8] O termo empoderamento pode ser compreendido através de diferentes perspectivas. Neste texto, compreende-se como um termo ligado à noção de autonomia, um processo no qual os indivíduos obtém controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente

Segundo Tonial (2013),

> *[...]uma política voltada à agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, significa também levar em conta a participação das mulheres, nesse contexto, a área de relações de gênero, socialmente construídas, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho presente na unidade de produção familiar.*

Para Bandeira (2005), "falar da igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de eqüidade, da emancipação e do pertencimento".

De acordo com Heredia & Cintrão (2006), as desigualdades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem num conjunto de outras desigualdades sociais, que se expressam, historicamente, quando se comparam as populações rural e urbana.

Ainda de acordo com Heredia & Cintrão (2006), a análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as péssimas condições de vida e de acesso à políticas públicas nas zonas rurais, especialmente, nas regiões mais pobres do país, que afetam sobremaneira as mulheres rurais, aprofundando ainda mais as desigualdades específicas de gênero.

Oliveira (2018), citando Gupta e Singh (2012), descreve que, "em todo o mundo, as desigualdades de gênero no campo permanecem evidentes, seja no que diz respeito à propriedade da terra, à mobilidade, ao acesso ao mercado de trabalho e à diferenciação em termos de remuneração".

Campos (2019), citando Farah (2004) e Lopes et al. (2006), menciona que:

> *[...] estudos referentes à pobreza na América Latina atentam para o fenômeno da "feminização da pobreza[9]" caracterizado pelo fato que as mulheres, e de forma mais específica as mulheres pobres, têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população em todo o mundo.*

Ainda Campos (2019), citando Farah (2004), relata que:

> *[...] com base nesta noção, organizações como o Banco Mundial recomendam a focalização de ações governamentais com vistas a uma*

[9] O conceito de 'feminização da pobreza' representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens.

> *maior eficiência às políticas de combate à pobreza, em a atenção privilegiada às mulheres teria impacto na sociedade como um todo, considerando a pobreza desta forma sob um enfoque de gênero.*

Como bem aborda Campos (2019), o debate sobre gênero, no âmbito das políticas públicas, "representa uma das formas de indagar sobre democracia e cidadania, no que se refere à distribuição de recursos e de poder que influenciam no reconhecimento de direitos das mulheres na sociedade."

Por fim, Novellino (2004) descreve que "uma verdadeira política de gênero deve aumentar a participação das mulheres no desenho dessas políticas ao invés de vê-las simplesmente como beneficiárias dos programas e serviços"

1.3. As mulheres no Censo Agropecuário de 2017

De acordo com o IBGE (2019), 77% dos estabelecimentos agropecuários, cerca de 3,9 milhões, são classificados como agricultura familiar, ocupando uma área de, aproximadamente, 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total pesquisada.

Da área de hectares da agricultura familiar, 48% são destinadas a pastagens, 31% são matas, florestas ou sistemas agroflorestais e 15,5% consideradas lavouras (IBGE, 2019).

Segundo o IBGE (2019), o número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou, aproximadamente, 1 milhão. A partir do Censo Agropecuário de 2017, o instituto identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão das propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões.

Ainda segundo o IBGE (2019), juntas, elas administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país.

Quanto aos estabelecimentos identificados pela pesquisa (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%. Com relação às atividades econômicas desempenhadas nas propriedades, há uma diferença entre mulheres proprietárias e não proprietárias (IBGE, 2019).

Entre as proprietárias, 50% das atividades econômicas estão relacionadas à pecuária e criação de outros animais; 32% à produção de lavouras temporárias e 11% à produção de lavouras permanentes. Entre as não proprietárias (produtoras sem área; concessionárias ou assentadas aguardando titulação definitiva; ocupantes; comandatárias; parceiras ou arrendatárias), 42% das atividades econômicas estão relacionadas à produção de lavouras temporárias; 39% à pecuária e criação de outros animais e 7% à produção de lavouras permanentes (IBGE, 2019).

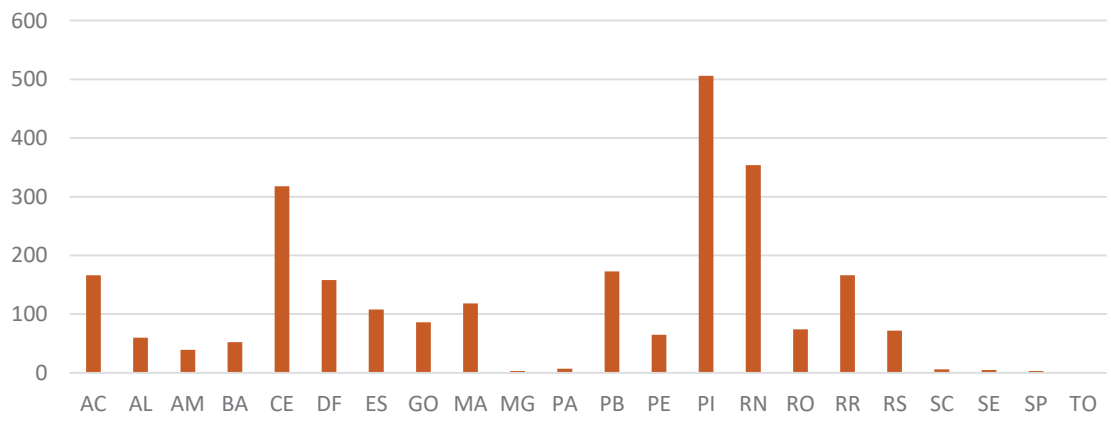
As demais se encontram distribuídas entre produção florestal (florestas nativas e florestas plantadas), horticultura e floricultura, aquicultura, pesca e produção de sementes e mudas certificadas.

1.4. Resultados e Discussão

Em 2021, segundo dados dispostos no Sistema de Extração de Dados Venda Balcão (EDVB), o número de clientes que acessaram o ProVB, foi de, aproximadamente, 13,8 mil, sendo, deste total, 2,5 mil mulheres, o que representa cerca de 18% do total de participantes. Vale ressaltar que, de acordo com o IBGE (2019), 81% dos produtores familiares são do sexo masculino e 19% do sexo feminino.

De acordo com o Gráfico 1, os estados do Piauí (19,92%), do Rio Grande Norte (13,94%) e do Ceará (12,52%) foram os que tiveram maior participação feminina, representando 46,38% do total de mulheres que acessaram o programa. Já os estados com menor representatividade feminina foram: Tocantins (0,04%), SP e MG (ambos com 0,12%).

Gráfico 1 - Número de mulheres, por UF, que acessaram o ProVB em 2021

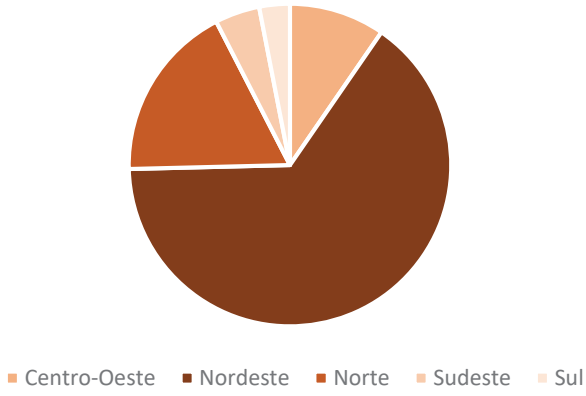


Fonte: Conab/Sistema de Extração de Dados Venda Balcão (EDVB)

Segundo o IBGE (2019), os estados de Pernambuco, do Ceará e do Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Ao analisarmos essas informações com os dados extraídos do EDVB, mostrados no gráfico acima, parece haver uma certa correlação entre essas áreas e a participação feminina nesses estados (22%).

Ainda segundo o IBGE (2019), os estados do Centro-Oeste e São Paulo têm as menores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Excetuando-se o estado de Goiás e o Distrito Federal (juntos somando 9,6% do número de mulheres que acessaram o ProVB), não houve aquisições nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e baixíssimo acesso por parte das produtoras de São Paulo, o que parece também indicar a hipótese levantada acima de correlação entre as proporções de área ocupada pela agricultura familiar e a participação feminina nesses estados.

Gráfico 2 - Número de mulheres, por região, que acessaram o ProVB em 2021



Fonte: Conab/ EDVB

Conforme observado no Gráfico 2, a região Nordeste foi responsável por 65% do total de mulheres que acessaram o ProVB. Em seguida, vieram as regiões Norte (17,83%), Centro-Oeste (9,61%), Sudeste (4,49%) e Sul (3,07%). Vale ressaltar que, segundo o IBGE (2019), a maioria das mulheres responsáveis pela gestão das propriedades rurais está na região Nordeste (57%), seguida pelas regiões Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste (6%).

A quantidade adquirida de milho pelas mulheres foi de, aproximadamente, 13,77 mil toneladas, representando apenas 14,30% das aquisições totais no ProVB. Já o valor total pago foi de R$ 19,39 milhões, o que significa, somente, 14,38% do valor total

arrecadado pela Conab com a venda deste produto. Portanto, de um modo geral, o programa, em 2021, não alcançou de forma equitativa ambos os sexos.

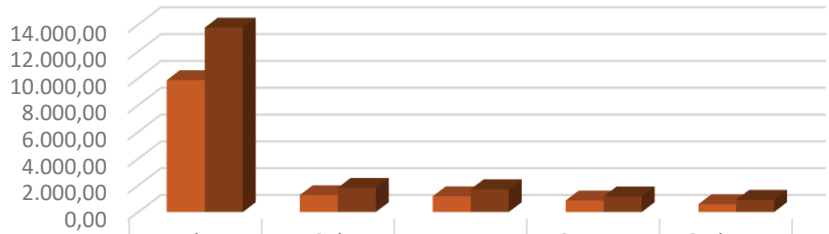
A média geral de notas fiscais emitidas foi de 4,8, ou seja, a frequência média, entre as mulheres foi, aproximadamente, de 5 aquisições durante todo o ano analisado. Vale ressaltar que este valor é o mesmo observado do total geral, podendo-se, portanto, afirmar que, de um modo geral, a frequência de aquisições do ProVB não difere entre homens e mulheres.

A quantidade média vendidas/mês foi de, aproximadamente, 0,45 toneladas, ficando bem abaixo do limitado pelo programa que seria de 14 toneladas/mês para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas/mês para as regiões Sul e Sudeste. Vale ressaltar que a quantidade média vendida/ano, para as mulheres, foi de apenas 5,42 toneladas. Isso pode ter ocorrido devido a n fatores como, por exemplo, o número o plantel, a não disponibilidade do produto armazenado na unidade armazenadora durante os 12 meses do ano, o abandono da atividade por parte do cliente, etc e tal.

Já os valores totais pago/mês/nota e por ano/CPF foram de R$ 1.773,34 e R$ 7.634,52, respectivamente. Vale ressaltar que o valor médio anual pago pelo quilograma do milho foi de R$ 1,41, sendo o menor e o maior valores observados de R$ 1,32 e R$ 1,51/kg.

No Gráfico 3 têm-se a quantidade adquirida e o valor total pago pelo público feminino por região, sendo que a região Nordeste adquiriu 71,6% desse volume total. Já as regiões Sul, Norte, Centro-Oeste, Sudeste adquiriram 9,2%, 8,6%, 6,3% e 4,3% respectivamente.

Gráfico 3 - Quantidade adquirida (t) e valor total pago pelas mulheres/região

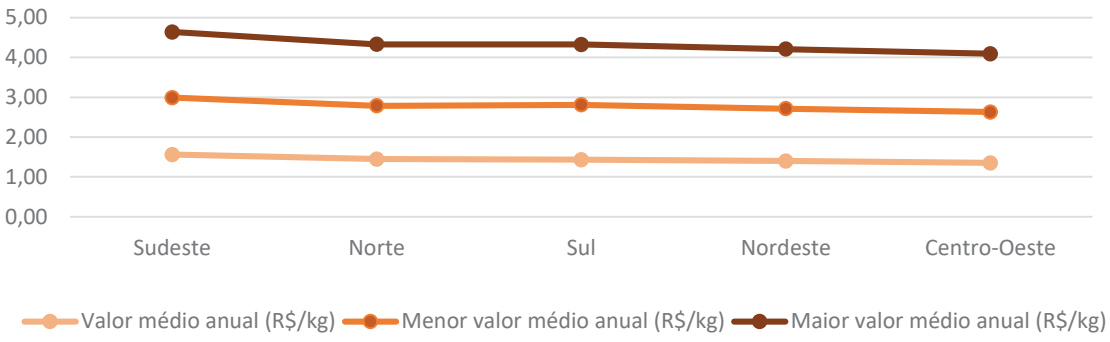


	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste
Quantidade adquirida (t)	9.858,30	1.267,93	1.186,53	872,38	592,12
Valor total pago (mil R$)	13.768,32	1.815,29	1.715,09	1.178,04	922,95

Fonte: Conab/ EDVB

Já o Gráfico 4 mostra o valor médio anual e os menor e maior valores médios anuais pagos pelo kg do milho pelas mulheres por região. Destacam-se aqui que o menor e o maior valores médios anuais e os menores e maiores valores médios pagos foram das regiões Centro-Oeste (R$ 1,35, R$ 1,28 e R$ 1,46) e Sudeste (R$ 1,56, R$ 1,43 e R$ 1,65).

Gráfico 4 - Valor médio anual e menor e maior valores médios anuais pagos pelo kg do milho pelas mulheres/região



Fonte: Conab/ EDVB

A não filtragem por gênero no EBVA impediu uma mensuração mais ampla e abrangente dos anos anteriores. Portanto, recomenda-se fazer esse ajuste neste sistema, objetivando assim responder se, de fato, o programa pode contribuir no processo de empoderamento das mulheres rurais brasileiras, que são por sua condição, muitas vezes, “invisíveis social e politicamente”.

Citando Grimm & Estevam (2018), faz-se necessário entender “o que as políticas públicas contemplam no que diz respeito à participação das mulheres rurais e como isso vem funcionando na realidade”.

> *[...] a lentidão e a burocracia na aprovação de medidas que fomentem a participação feminina nos programas governamentais destinados à agricultura familiar, demonstram toda a luta que ainda existe para que se alcance padrões mais igualitários entre homens e mulheres na nossa sociedade (Grimm & Estevam, 2018)*

IPEA (2020) menciona que, de acordo com a Plataforma de Beijing[10], “o mecanismo institucional para o avanço das mulheres deve ser o organismo central de coordenação

[10] Fruto da conferência realizada em 1995, a Plataforma de Beijing é um programa destinado à eliminação de todos os obstáculos que dificultam a participação ativa da mulher em todas as esferas da vida pública

de políticas no seio dos governos", sendo que sua tarefa principal é "dar apoio à incorporação de uma perspectiva da igualdade de gênero a todas as áreas políticas, nos diversos níveis do governo."

Nesse sentido, reiteramos a ideia de Colcerniani et al. (2015), de que

> *[...] o combate à pobreza, à exploração e às desigualdades excludentes exigem medidas profundamente transformativas, por intermédio de políticas públicas ancoradas em princípios democráticos inclusivos e, essencialmente, humanizados.*

Por fim, mencionando a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres (2016):

> *[...] a Agenda 2030 estabelece que o desenvolvimento sustentável deverá ser alcançado sem deixar ninguém para trás. Assim, a igualdade de gênero – além de ser um dos objetivos específicos – está transversalizada nos outros ODS e é elemento central da Agenda de Ação de Addis Ababa, documento resultante da III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Ou seja, trata-se de uma agenda que implica pactuação internacional em favor de um mundo com mais igualdade e justiça social com elementos que não podemos mais protelar: a vida com sustentabilidade em todas as usas dimensões, territórios, faixas etárias, gênero, raça e etnia.*

1.5. Conclusões

Embora o programa constitua importante instrumento no âmbito da política de abastecimento social do país, beneficiando pequenos criadores com o suprimento regular de insumos para a alimentação de seus rebanhos (SILVA, 2020), observou-se, em 2021, uma baixa participação das mulheres no ProVB.

Desta forma, propõe-se aqui uma maior reflexão utilizando a discussão de gênero como categoria de análise, por esta estar, de certa forma, presente como dimensão constituinte na proposição política do ProVB, aqui entendida como a democratização do processo de comercialização de produtos do Governo Federal, buscando assim

---

e privada. É um guia para orientar governos no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas públicas e na implementação de programas para promover a igualdade.

contemplar a compreensão da autonomia das mulheres e sua relação com a cidadania, bem como a atuação do Estado por esta perspectiva.

Por fim, ressalta-se aqui a importância da incorporação da perspectiva de gênero como forma de aumentar a eficácia e efetividade das políticas e programas de superação da pobreza e da desigualdade.

2. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BANDEIRA, L. **Brasil – Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Convênio Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL e Secretaria Especial de Política para as Mulheres. CEPAL/SPM. Brasília. jan. 2005. 47 p.

CAMPOS, M. L. **A Titularidade Feminina em Programas Habitacionais e a Construção da Cidadania: Uma Análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**. Prelúdios, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, jul./dez. 2019.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R. & SCHMIDT, C. M. (2014). **A Participação Feminina no Agronegócio: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel**. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153 – vol. 12, n. 1, jan./mar. 2014. 18 p.

COLCERNIANI, C. B.; D'AVILA NETO, M. I. & CAVAS, C. de S. T**. A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2015, vol. 18, n. 2, p. 160-180 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v18n2p169-180.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Nota Técnica Audin nº 28/2012. Avaliação de Natureza Operacional – ANOp. Programa de Vendas em Balcão. Brasília. 2012. 90 p.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Abastecimento Social – Programa de Vendas em Balcão (ProVB). https://www.conab.gov.br/abastecimento-social/vendas-em-balcao/. Acesso em 22 de mar. 2021.

GRIMM, S. & ESTEVAM, D. O. **A Participação Feminina nas Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. II Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas. Trabalho e Desenvolvimento na América Latina. 3 e 4 de setembro. 2018.

HEREDIA, B. M. A. & CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006. p. 1-28.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. **Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro, v. 8, 2019. p. 105.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mecanismos Institucionais para o Avanço da Mulher**. Beijing +20: Avanços e Desafios no Brasil Contemporâneo. Capítulo 8. Brasília, 2020. 40 p.

NOVELLINO, M. S. F. **Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú. 20 a 24 de setembro de 2004. 12 p.

OLIVEIRA, I. T. S. **A Participação das Mulheres Rurais em Organizações Coletivas e as Influências para suas Identidades de Gênero**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. Viçosa, 2018. 88 p.

ONU MULHERES – ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DE MULHERES. **Mais Igualdade para as Mulheres Brasileiras: Caminhos de Transformação Econômia e Social**. Encarte Brasil baseado no Relatório "O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016. Brasília, 2016. 128 p.

SILVA, A. V. **Avaliação de Processo do Programa de Vendas em Balcão – Oportunidades de Melhoria**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Agropecuárias. Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Brasília, 2020. 49 p.

SOUZA E MEDEIROS, A. B. **Avaliação do Programa de Vendas em Balcão – ProVB da Conab, no Âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Agropecuárias. Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Brasília, 2020. 21 p.

TEIXEIRA, K. C. S. & GÓIS, J. B. H. **Agenda Governamental: o caso o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**. IX Jornada Internacional de Política Públicas. Civilização ou Bárbarie: O futuro da humanidade. 20 a 23 de agosto. 2019. 12 p.

TONIAL, M. A. L. **A Participação da Mulher na Agroindústria Familiar na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Trabalho de Conclusão de Curso DERAD23. Monografia do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 60 p.

Os Povos do Cerrado e o Desenvolvimento no Bioma

Sued Wilma Caldas Melo

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em área. Sua extensão territorial é de aproximadamente 2 milhões de km², o que representa quase 25% da área total do Brasil. Tal magnitude corresponde apenas à área nuclear, quando consideradas as áreas de transição entre o Cerrado e os outros biomas que ele estabelece contato – Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Caatinga e Pantanal e ainda as ilhas de Cerrado na Amazônia – sua área total atinge aproximadamente 3 milhões de km², o que corresponde a quase 37% da superfície brasileira (DIAS, 1992).

O Cerrado contempla formações florestais (47% distribuídas entre Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (46% distribuídas entre Cerrado sentido restrito, Parque Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (7% distribuídos entre Campo sujo, Campo Rupestre e Campo limpo). Sua vegetação forma um verdadeiro mosaico de paisagens naturais que predomina na porção central do Brasil e que abriga aproximadamente um terço da fauna e da flora brasileira e cerca de 5% da biota planetária. Essa é uma região natural exclusivamente brasileira (exceto por pequena área no nordeste da Bolívia) marcada pela heterogeneidade espacial e elevada riqueza biológica (ZIMBRES et al, 2021).

Além da expressividade territorial e da relevância biológica, o Cerrado desempenha papel relevante na manutenção dos recursos hídricos do Brasil. As suas chapadas funcionam como espécie de esponja que absorve água e alimenta os lençóis freáticos. É nos solos do Cerrado que são captadas e distribuídas as águas que vão alimentar importantes bacias hidrográficas, como as dos rios São Francisco, Tocantins, Paraná, Amazonas, Paraguai e Parnaíba e ainda, trechos de bacias sul-americanas. Além disso, é sob o Cerrado que está localizado o aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de águas subterrâneas (SILVA, 2009a).

Nas área de Cerrado vive um sem-número de comunidades tradicionais que têm na utilização dos seus recursos fonte de sobrevivência física e cultural. São indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, assentados de reforma agrária, comunidades de origem camponesa e/ou de base familiar e outras comunidades que, de modo geral, podem ser denominadas, por nomenclatura mais recente, como agricultores familiares.

Não obstante as características específicas de cada uma dessas comunidades, neste texto as denominamos como Povos do Cerrado, pois, embora configure um universo extremamente heterogêneo, elas partilham um legado comum: a forte interrelação com bioma.

Os Povos do Cerrado detêm um legítimo patrimônio cultural, além de terem construído ao longo de anos uma outra racionalidade de convivência, produção e reprodução social mais íntima e harmônica com os ecossistemas do bioma. Eles possuem uma racionalidade não estritamente mercantil de utilização dos recursos, características de organização e reprodução social ancoradas na lógica camponesa e formas específicas de utilização dos recursos naturais, em geral mais compatíveis com a sustentabilidade ambiental.

Uma questão preocupante é que o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do planeta, figurando inclusive entre os hotspots mundiais (MYERS et al., 2000). Ademais, dentre os biomas brasileiros o Cerrado é o que mais sofreu alterações antrópicas. Segundo estatísticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2010, aproximadamente metade da sua área original já havia sido transformada em pastagens plantadas, culturas anuais e outros tipos de uso (BRASIL, 2011). Estimativas indicam que somente cerca de 20% do bioma estejam realmente intactos. Apenas 8,2% de sua área encontra-se protegida sob a forma de unidades de conservação, dentre os quais, menos de 3% representam unidades de conservação integral. Pelo menos 20% de suas espécies endêmicas e ameaçadas permanecem fora dos parques e reservas existentes. Enquanto137 animais, 132 plantas do bioma já estão na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção (KLINK; MACHADO, 2005).

Diante desse cenário antagônico: importância socioambiental x estado de preservação do bioma, este texto apresenta os Povos do Cerrado como os guardiões do bioma e como os atores centrais das estratégias de ocupação e uso da terra que devem ser priorizadas nessas localidades. Nas áreas que ainda não foram ocupadas pela agropecuária industrial, é primordial articular preocupações ambientais, sociais, econômicas e culturais a fim de combinar a preservação do meio ambiente com o uso sustentável e socialmente justo dos recursos naturais remanescentes.

Os ecossistemas e a biodiversidade precisam ser vistos como o principal ativo do desenvolvimento do Cerrado. A produção agropecuária industrial deve continuar crescendo fundamentada na recuperação das áreas de pastagens degradadas e no

patrimônio produtivo já instalado, bem como na utilização de pacotes tecnológicos modernos, com uso de variedades mais adaptadas e sem a exigência de ampliação dos insumos químicos. O que contribuirá para fortalecer uma visão integrada que estabeleça sinergismos positivos entre meio ambiente e atividade antrópica, evitando a degradação do ambiente natural, dos organismos vivos e dos seres humanos que vivem nos cerrados.

Por outro lado, além da agropecuária industrial, as possibilidades de ocupação e uso das terras de Cerrado são inúmeras. O foco aqui recai sob os Povos de Cerrado porque eles possuem formas de organização social baseadas nos ecossistemas do bioma e têm no uso sustentável dos recursos nativos a base de sua existência material e simbólica. Para os Povos do Cerrado, o bioma não é apenas lugar de trabalho, é lugar de vida, hábitat da família, local de envolvimento e pertencimento. O que lhes confere um duplo papel: de usuários e cuidadores dos recursos naturais.

Em outras formas de ocupação e uso, o Cerrado quase sempre representa uma mercadoria, um negócio (Silva, 2009b). Para os proprietários de grandes porções fundiárias, a posse da terra está associada, quase sempre, a objetivos econômicos, que incluem desde os investimentos produtivos até a especulação fundiária. Como raramente o proprietário e sua família habitam estas áreas, não há envolvimento com a vida social local, caracterizando uma dissociação entre posse da terra e função residencial, o que, por sua vez, configura uma forma urbana de apropriação do meio rural que pode ter ou não um caráter produtivo (WANDERLEY, 2000).

Esta lógica continua imperando mesmo nos casos em que a grande propriedade fundiária é destinada para a produção agropecuária, uma vez que predomina a dinâmica mercantil em que o ambiente ocupa o lugar de suporte de atividades econômicas. A produção de commodities em sistemas de grandes monoculturas representa um modo de produção marcadamente exógeno, determinado por um modo de vida construído fora do lugar de produção. Com isso, um lugar repleto de histórias e significações é transformado em não-lugar e paisagens heterogêneas, de elevada riqueza biológica se tornam paisagens homogêneas e industriais. O espaço vivido se torna espaço de exploração, suporte físico da produção de mercadorias que alimenta o circuito da economia global. O que rege o lugar não é mais a identidade local, forjada na convivência com os ecossistemas e sim o mercado agroalimentar global e as corporações transnacionais que comandam as cadeias produtivas (SILVA, 2005).

É neste sentido que, na perspectiva de Silva (2009b), o Cerrado pede um outro envolvimento. O autor chama o processo de envolvimento justamente para contrapor à dominação das monoculturas, que a serviço do desenvolvimento, segue estritamente o caráter essencial do vocábulo, isto é des-envolve, não cria vínculos. Segundo o autor:

> É rompendo com o envolvimento do lugar, dos povos com seu ambiente, que se faz o desenvolvimento no Cerrado. É rompendo com a sociobiodiversidade que se constrói o negócio da monocultura-commodity. É expropriando as comunidades locais e implantando estruturas transnacionais que o lugar se torna mercadoria para o circuito global. É tirando os cerrados tortos das chapadas e substituindo-os por paisagens uniformes-industriais que a caixa d'água é desmontada e os rios, córregos e nascentes deixam de alimentar as famílias e as bacias hidrográficas estratégicas para o país (SILVA, 2009b, p. 106).

Os Povos do Cerrado, por outro lado, vivem e fazem parte dos ecossistemas que compõem o bioma. Para eles o maior valor do Cerrado é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. O Cerrado para seus povos é ao mesmo tempo um lugar de vida e de trabalho, é hábitat (agri-cultura), é a casa, o lugar de viver, de criar hábitos. Trata-se do lugar da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, ao qual existe um sentimento de pertencimento, repleto de significações materiais e simbólicas que conformam suas heranças camponesas (WANDERLEY, 2000; SILVA, 2005; 2009a).

A convergência entre espaço vivido e espaço explorado gera envolvimento com os ecossistemas do bioma e facilita práticas sustentáveis, pois para os Povos do Cerrado a sua sobrevivência e a do bioma são uma só. A forma como eles utilizam os recursos naturais é diferenciada também pela presença do patrimônio cultural e pela lógica camponesa que eles são herdeiros. Isto faz com que eles detenham valores e estratégias específicas, frutos da co-evolução do sistema social com o sistema natural e do longo e constante processo de convivência/aprendizado/adaptação com os ecossistemas naturais. Assim, ao contrário de erradicar a biodiversidade, os Povos do Cerrado exploram os recursos naturais de forma ambientalmente mais racional, em geral, respeitando a dinâmica ecológica, valorizando e preservando o bioma (SILVA, 2005; 2009a).

O que está em jogo não é apenas o seu negócio, mas suas próprias condições de reprodução social, assim apreciam resultados que envolvem a valorização dos saberes

e da cultura local, que fortalecem a reciprocidade, a ajuda mútua e as trocas comunitárias e que promovam a autossuficiência e a autonomia. Como vivem nos locais que produzem e dependem dos recursos ali existentes, e muitas vezes, possuem ainda um forte sentimento de pertencimento, intentam estabelecer uma relação harmônica com o meio ambiente e com o território e potencializar os recursos internos e locais.

No entanto, para conseguirem desempenhar com toda potencialidade o papel de guardiões do bioma, os Povos do Cerrado precisam superar obstáculos como baixa dotação de recursos (inclusive terra), acesso ao crédito, falta de assistência técnica, infraestrutura insuficiente (logística, de conectividade, até serviços básicos como luz e água, etc.), acesso à informação, dificuldades de produção, de inserção nos mercados e de obtenção de renda. Muitos se encontram até mesmo em situação de pobreza e insegurança alimentar.

Isso não significa que os seus estabelecimentos sejam improdutivos, no entanto, existe a dificuldade de transformar práticas de subsistência em atividades econômicas rentáveis. Em virtude da situação de vulnerabilidade que se encontram, há a carência de ações que viabilizem a alocação, a organização e a combinação eficiente dos fatores de produção e ao uso da informação e da tecnologia de modo a resultar em aumento e diversificação da produção, ganhos de produtividade, otimização da mão de obra e integração aos ecossistemas locais. De modo mais amplo, é necessário investir na estruturação produtiva a fim de viabilizar a produção em quantidade e qualidade suficiente para ser ofertada nos mercados.

A participação nos mercados se contrapõe aos processos de homogeneização da produção e do consumo. Deve buscar fortalecer os sistemas não convencionais de produção e comercialização. A participação nas cadeias agroalimentares globais, por exemplo, não sintoniza com anseio pela sustentabilidade, enquanto a inserção em nichos específicos de mercado, a construção e o fortalecimento de redes de comercialização, de circuitos territorializados, de sistemas de distribuição locais, onde se valorize os vínculos sociais, a confiança e a reputação, bem como os hábitos e cultura local se mostram mais apropriados.

Os canais de comercialização devem priorizar o contato direto com os consumidores e as estratégias de diferenciação podem focar na oferta de produtos de qualidade superior, conseguida a partir do modo artesanal de produção, dos atributos locais, dos conhecimentos tradicionais, e da sustentabilidade ambiental. Essa oferta de produtos

diferenciados está alinhada ao crescimento do novo padrão de consumo e na crescente preocupação dos consumidores com qualidade e valor nutricional dos alimentos, com o comércio justo e com as implicações sociais da produção.

A partir da estruturação produtiva, muitas das estratégias de desenvolvimento serão multiplicadas de forma endógena. Soluções surgirão a partir da convivência e experiências das próprias comunidades de encontrar soluções técnicas e organizacionais para as adversidades. Adaptações e experimentações também serão fontes de transformação e disseminação de informações, assim como a participação em associações, cooperativas e organizações da sociedade civil.

Além das estratégias endógenas, a vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias que compõe os Povos do Cerrado demanda que o protagonismo do processo de estruturação produtiva, e consequente transformação social, seja compartilhado com aqueles que também são parte interessada no desenvolvimento, com destaque para a atuação estatal. Os incentivos públicos precisam criar uma estrutura que fomente esses modos de produção, incluindo: o fortalecimento da pesquisa agropecuária e dos serviços de assistência técnica extensão rural; a ampliação do crédito e do seguro rural; a expansão da conectividade rural (ao aumentar o acesso a redes fixas e móveis de alta qualidade e também a equipamentos como celulares). Não esquecendo a articulação com outras políticas que melhorem as condições de educação, de saúde, de infraestrutura e de acesso à terra.

As políticas públicas não devem se restringir a ações de natureza assistencialista. Os Povos do Cerrado precisam acessar os mercados, participar da economia. Caso contrário dificilmente sairão da situação adversa que se encontram. A inserção facilitará o acesso aos bens de consumo e o alcance de maiores níveis de bem-estar material, além de dinamizar a economia local. De modo simplificado, resultará em maior remuneração, que por sua vez ampliará a capacidade de escolha e fará com que as famílias deixem de ser excluídos sociais. Em oposição, a ausência ou a insuficiência da renda impede o acesso aos ativos produtivos, dificulta a alimentação e a obtenção dos nutrientes mínimos, o que leva à precarização das condições de vida.

Um exemplo de política pública que atua diretamente na comercialização é a criação dos mercados institucionais, mais especificamente, do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além de viabilizar o aprendizado e a formalização para os produtores em estágios iniciais de

estruturação produtiva, esses programas permitem que as famílias tenham segurança de renda. Além disso, eles incentivam a cooperação/formalização; valorizam os hábitos alimentares locais; e evidenciam a diversidade regional, cultural, social, produtiva e alimentar dos espaços rurais brasileiros.

Outra área que é crucial é a do crédito. Além de viabilizar o acesso aos recursos produtivos indispensáveis à produção, o crédito estimula a organização produtiva e pode ser direcionado para grupos/objetivos específicos dentro da diversidade de comunidades que compõem os Povos do Cerrado, como por exemplo o apoio a mulheres ou a promoção a geração de benefícios ambientais. Como as áreas rurais do país são, em geral, mal atendidas pelas instituições do sistema bancário e faltam produtos e serviços destinados às famílias mais pobres, antes mesmo do acesso ao crédito, é necessário prover inclusão financeira.

Além da comercialização, do crédito e da assistência técnica e extensão rural, o fomento estatal ao modo de produção dos Povos do Cerrado precisa incluir também políticas públicas voltadas à promoção da inovação. As inovações são o motor do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1961), no entanto, quando se trata dos Povos do Cerrado e da agricultura familiar brasileira, são ainda pouco exploradas. Sob o paradigma da complexidade técnica, a maioria das estratégias públicas ou privadas centra-se nos setores intensivos em tecnologia ou situados além da fronteira do conhecimento.

No entanto, o fortalecimento das capacidades produtivas e a introdução de inovações são questões interrelacionadas. Para inovar na produção é preciso produzir, não é possível melhorar o que não existe. No âmbito dos Povos do Cerrado, o mais comum é ocorrer inovações menos intensivas em Pesquisa e Desenvolvimento, baseadas em conhecimentos já existentes e novas no contexto de utilização, alterações que Melo, 2021 denomina de inovações de baixa intensidade tecnológica. Essas inovações, simples e fáceis de serem implementadas, são capazes de contribuir sobremaneira para a melhoria das condições de produção. Além disso, durante o processo de estruturação, as famílias desenvolverão resiliência, terão oportunidades de interagir com mais atores e ampliar as suas capacidades inovativas; isso tornará mais fácil transpor as adversidades e criar suas próprias soluções para os problemas/dificuldades diárias (MELO, 2021).

A responsabilidade de preservação do Cerrado não é apenas dos Povos do Cerrado. Para que passem a predominar formas sustentáveis de ocupação e uso dos recursos naturais do bioma é preciso além das ações endógenas e do fomento estatal, a participação das organizações da sociedade civil, das empresas privadas, dos consumidores e dos cidadãos rurais e urbanos. É necessário existir um ambiente favorável à preservação dos ecossistemas, redução da pobreza, diminuição das desigualdades e geração de bem-estar e melhores condições de vida do Povos do Cerrado.

Na busca deste ambiente propício, terminamos esse texto ressaltando a convicção de que cada um pode fazer a sua parte para alcance do desenvolvimento. Em nível macro, podemos juntos construir um mundo melhor; uma sociedade melhor é composta por cidadãos melhores. Atitudes individuais, embora, muitas vezes, de pequeno impacto podem juntas resultar em algo grandioso. Como diz um autor desconhecido: “você não pode fazer todo o bem que o mundo precisa, mas o mundo precisa de todo o bem que você pode fazer”.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite. *Monitoramento do bioma Cerrado 2009 - 2010*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

DIAS, B.F. de S. Cerrados: uma caracterização. In: DIAS, B. F. de S (Coord.). *Alternativas de desenvolvimento dos cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis*. Brasília: Fundação Pró-Natureza, 1992.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*. v.1, n. 1, jul. 2005, p. 147-155.

MELO, S.W.C*. Inovação na agricultura familiar: Uma abordagem a partir da inovação de baixa intensidade tecnológica*. p. 165. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional, 2021.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B da.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*. v.403, feb. 2000.

SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. 487 p.

SILVA, C.E.M. Lugar-hábitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 217-244.

_____. *O Cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais*. Brasília: Confea, 2009a.

_____. Do Desenvolvimento Forasteiro ao Desenvolvimento dos Povos - Ecossistemas: A Perspectiva das Reservas Extrativistas no Cerrado Brasileiro. In: SAUER, S. BALESTRO, M.V. (Coords.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009b. p. 205-234.

ZIMBRES, B.; RODRÍGUEZ-VEIGA, P.; SHIMBO, J, Z.; BISPO, P.C.; BALZTER, H.; BUSTAMANTE, M.; ROITMAN, I.; HAIDAR, R.; MIRANDA, S.; GOMES, L.; CARVALHO, F.A.; LENZA, E.; MARACAHIPES-SANTOS, L.; ABADIA, A.C.; JÚNIOR, J.A.P.; MACHADO, E.L.M.; GONZAGA, A.P.D.; TERRA, M.C.N.S.; MELLO, J.M.; SCOLFORO, J.R.S.; PINTO, J.R.R.; ALENCAR, A. Mapping the stock and spatial distribution of aboveground woody biomass in the native vegetation of the Brazilian Cerrado biome. *Forest Ecology and Management*, Volume 499, 2021,
119615. doi.org/10.1016/j.foreco.2021.119615.

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 2, jul./dez. 2000. p. 29-37.